



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**CILENE MARIA DA SILVA**

**O ESTAGIÁRIO DE PEDAGOGIA NOS PROCESSOS DE ENSINO E  
APRENDIZAGEM COMO APOIO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA**

**RECIFE  
2023**

**CILENE MARIA DA SILVA**

**O ESTAGIÁRIO DE PEDAGOGIA NOS PROCESSOS DE ENSINO E  
APRENDIZAGEM COMO APOIO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA.**

Monografia apresentada ao Curso de licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como requisito para a obtenção de título de licenciatura em Pedagogia.

Orientada pelo(a) Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Michelle Beltrão Soares Sales.

**RECIFE  
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- S586e Silva, Cilene Maria da  
O estagiário de pedagogia nos processos de ensino e aprendizagem como apoio de crianças com deficiência / Cilene Maria da Silva. - 2023.  
68 f. : il.
- Orientador: Michelle Beltrao Soares Sales.  
Inclui referências, apêndice(s) e anexo(s).
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em Pedagogia, Recife, 2023.
1. Educação Especial. 2. Estágio. 3. Inclusão. I. Sales, Michelle Beltrao Soares, orient. II. Título

CDD 370

---

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**CILENE MARIA DA SILVA**

**O ESTAGIÁRIO DE PEDAGOGIA NOS PROCESSOS DE ENSINO E  
APRENDIZAGEM COMO APOIO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA.**

Data da Defesa: 15/09/2023

Horário: 10:00 horas      Sala: 5B

Local: Departamento de educação - Bloco B - Pedagogia

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Michelle Beltrão Soares Sales -Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ywanosca Maria Santos da Gama –Examinadora Interna

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Waydja Cybelli Cavalcanti Correia –Examinadora Externa

Resultado: (  )Aprovada  
(  )Reprovada

*À minha família...  
Mãe – Maria José  
Pai – José Severino  
Irmãs – Cleide Maria e  
Maria Cristina.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo da minha vida e que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer.

Aos meus pais, por serem a minha base e meu alicerce, pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Mesmo que em alguns momentos não compreendendo o porquê de eu passar noites em claro, sempre me apoiaram. E às minhas irmãs Cleide e Cristina por todo apoio, compreensão, parceria e amizade.

A minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Michelle Beltrão, pela oportunidade e apoio na elaboração deste trabalho, obrigada por esclarecer tantas dúvidas e ser tão compreensiva quando tive que adiar por um ano a conclusão do mesmo.

Às minhas amigas, presentes que ganhei da UFRPE, Cláudia Maria, Everlaine Maria e Nayani Oliveira. Que sempre me deram apoio e incentivo nas horas difíceis. Obrigada pelas risadas e pelos inúmeros conselhos que vocês compartilharam comigo nessa etapa tão desafiadora da vida acadêmica, vocês fizeram toda a diferença nessa caminhada.

E às minhas amigas Jéssica Kelly e a Juliana Elvira que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período em que me dediquei a este trabalho. Minha eterna gratidão.

Por fim, obrigada a todos que participaram direta ou indiretamente do desenvolvimento desse trabalho de pesquisa, em especial a cada uma das participantes que responderam ao questionário, contribuindo dessa forma, para a realização deste.

*Inclusão é um direito daqueles que precisam, e incluir é um dever de todos.*

*Leticia Butterfield*

## RESUMO

Esta pesquisa versa sobre a atuação do estagiário de pedagogia como apoio aos estudantes com necessidades educativas especiais nas escolas, tendo como objetivo geral compreender como os estudantes de pedagogia estão atuando no apoio às crianças com deficiência. O referencial teórico baseia-se nos seguintes autores: Vioto e Vitaliano (2013), Nogueira (2017), Sampaio e Sampaio (2009), Gonçalves (2010) entre outros, e os documentos oficiais: Brasil (2008). A Metodologia desenvolvida é baseada na abordagem qualitativa. Para análise dos dados coletados optamos pela proposta de Laurence Bardin (2009), análise de conteúdo, que trabalha através da interpretação dos discursos dos textos. O instrumento utilizado foi um questionário do *Google Forms* para descrição do estagiário e compreensão de como é desempenhado o seu estágio junto aos alunos com deficiência. As participantes relatam falta de formação na área de educação especial e a falta de apoio das redes, da escola e das professoras regentes para que, de fato, possam contribuir para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais especiais e das dificuldades que encontraram por não terem materiais pedagógicos adaptados.

**Palavras-chaves:** Educação Especial. Estágio. Inclusão.

## **ABSTRACT**

This research focuses on the role of pedagogy interns in supporting students with special educational needs in schools, with the general objective of understanding how pedagogy students are working to support children with disabilities. The theoretical framework is based on the following authors: Vito and Vitaliano (2013), Nogueira (2017), Sampaio and Sampaio (2009), Gonçalves (2010) among others, and the official documents: Brasil (2008). The methodology developed is based on a qualitative approach. To analyze the collected data, we opted for Laurence Bardin's (2009) proposal, content analysis, which works through the interpretation of the texts' discourses. The instrument used was a Google Forms questionnaire to describe the intern and understand how their internship is carried out with students with disabilities. Participants report a lack of training in the area of special education and a lack of support from networks, schools and teachers so that they can actually contribute to the development of the teaching and learning process for students with special educational needs and difficulties they encountered due to not having adapted teaching materials.

**Keywords:** Special Education. Internship. Inclusion.

## LISTA DE GRÁFICOS

|   |       |
|---|-------|
| Gráfico 1: Autorização para divulgar os dados fornecidos.....             | p. 39 |
| Gráfico 2: Faixa etária.....  | p. 40 |
| Gráfico 3: Sexo.....  | p. 40 |
| Gráfico 4: Período do curso.....  | p. 41 |
| Gráfico 5: Adaptação das atividades.....                                  | p. 47 |
| Gráfico 6 : Formação continuada.....                                      | p. 49 |
| Gráfico 7: Orientação da escola.....                                      | p. 50 |
| Gráfico 8: A escola tem estrutura física para receber os alunos NEE?..... | p. 52 |

## LISTA DE QUADROS

|   |       |
|---|-------|
| Quadro 1: Termos e Nomenclatura da pessoa.....  | p. 24 |
| Quadro 2: Matriz Curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia.....                              | p. 32 |
| Quadro 3: Ementa da disciplina de Educação Inclusiva e Diversidade Escolar....                      | p. 33 |
| Quadro 4: Ações Realizadas pelos Estagiários.....   | p. 43 |
| Quadro 5: Quais são as maiores dificuldades que você enfrenta/enfrentou no seu estágio?.....        | p. 54 |
| Quadro 6: Qual a maior dificuldade enquanto estagiário ao atuar na área de educação inclusiva?..... | p. 55 |

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AAE - Atendimento Educacional Especializado

AADEE – Agente de Apoio ao Desenvolvimento Educacional Especializado

ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância

AT – Acompanhante Terapêutico

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNESP – Centro Nacional de Educação Especial

CRAS – Centro de Assistência Social

EJAI – Educação de Jovens Adultos e Idosos

ENO – Estágio não Obrigatório

ESO – Estágio Obrigatório

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

NEE – Necessidades Especiais Educacionais

OMS – Organização Mundial de Saúde

PCD – Pessoa com Deficiência

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PEE – Plano Estadual de Educação

PPC – Projeto Pedagógico do Curso

TCE – Termo de Compromisso

TDAH – Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade

TEA – Transtorno do Espectro Autista

TGD – Transtornos Globais do Desenvolvimento

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco.

**RESUMO**  
**ABSTRACT**  
**LISTA DE GRÁFICOS**  
**LISTA DE TABELAS**  
**LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS**

## **SUMÁRIO**

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>14</b> |
| <b>CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZANDO EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESTÁGIO.....</b>   | <b>18</b> |
| 1.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....   | 21        |
| 1.1.1 <b>Nomenclatura e termos.....</b>                                 | <b>23</b> |
| 1.2 ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....                                   | 28        |
| 1.3 O ESTAGIÁRIO DE LICENCIATURA DE PEDAGOGIA DA UFRPE/<br>SEDE.....    | 31        |
| <b>CAPÍTULO II: CAMINHOS METODOLÓGICOS.....</b>                         | <b>37</b> |
| 2.1 NATUREZA, MEIOS E INSTRUMENTOS DA PESQUISA.....                     | 37        |
| 2.2 METODOLOGIA DE ANÁLISE.....   | 41        |
| <b>CAPÍTULO III: ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS.....</b>           | <b>43</b> |
| 3.1 AÇÕES REALIZADAS COM CRIANÇAS NEE.....                              | 43        |
| 3.2 FORMAÇÃO E ORIENTAÇÃO DA ESCOLA.....                                | 48        |
| 3.3 APRENDIZAGEM NA PEDAGOGIA PARA A ÁREA DE EDUCAÇÃO<br>INCLUSIVA..... | 55        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>59</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>61</b> |
| <b>APÊNDICE.....</b>  | <b>65</b> |
| APÊNDICE A - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO.....                               | 65        |
| <b>ANEXO.....</b>   | <b>68</b> |

## INTRODUÇÃO

A inclusão escolar tem sido muito discutida nas últimas décadas. Após inúmeras pressões políticas e sociais, atualmente têm-se medidas legislativas que atestam o direito às pessoas com necessidades educativas especiais de frequentarem as instituições de ensino.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº. 9.394 de 20/12/1996 conceitua e orienta a abordagem inclusiva para os sistemas regulares de ensino dando ênfase, especialmente à Educação Especial. No artigo 59 diz que “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996). Diante disso, compreendemos que investir em educação constitui a primeira etapa indispensável para assegurar os direitos humanos, tais como a postura de aceitação das desigualdades e da diversidade.

A formação docente também está vinculada ao processo de inclusão e permanência, pois, os alunos com deficiência precisam de profissionais qualificados para acompanhá-los nos seus processos escolares. Conforme a LDB/1996, o Art. 59º assegura a importância de que o corpo docente seja composto por, “[...] professores que tenham especialização, adequada em nível superior ou médio, para atendimento especializado, bem como, professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas salas comuns”. Portanto, torna-se indispensável que a formação dos professores também seja direcionada nesta perspectiva.

Na formação docente inicial nos cursos de licenciaturas diversas, os futuros professores realizam uma série de estágios supervisionados obrigatórios, regidos pela lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Esta resolução reconhece o estágio como um vínculo educativo, supervisionado e desenvolvido como parte do projeto pedagógico e formativo do estudante. Reconhecendo a relevância do estágio curricular na formação dos estudantes, é de se esperar que as atividades de estágio sejam planejadas e desenvolvidas de forma a contribuir para que o educando desenvolva, neste período, uma prática relevante para o seu exercício profissional.

Pensando sobre isso, o interesse pela temática da Educação Especial surgiu da minha experiência enquanto estagiária (estágio extracurricular) no curso de Pedagogia, nas turmas dos anos iniciais do ensino fundamental, atuando com alunos de variadas deficiências, física, intelectual, bem como com crianças neurodivergentes. As funções no referido estágio conforme o TCE – Termo de Compromisso de Estágio, de 2019, em anexo, era o de

AEE - Apoio no recebimento e acolhimento ao estudante com necessidade educativa especial, auxiliando-o durante o período de permanência na unidade educacional, nas atividades de sala de aula ou extrassala, como também auxiliando na higienização e recreação.

Permaneci durante oito meses nessa escola que era da rede municipal do município de Recife, fui contratada para acompanhar o aluno R (abreviatura do nome da criança) com TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, porém só o acompanhei nas duas primeiras semanas e fui realocada para acompanhar o aluno H (abreviatura do nome da criança) com TEA – Transtorno do Espectro Autista e quando ele não estava presente conduziam-me para alguma outra criança que também precisasse de acompanhamento, não tinha estagiários suficientes e sempre ocorria essa rotatividade entre as estagiárias.

Além da complexidade dessas funções atribuídas ao meu estágio, durante a vivência em sala de aula não tinha o apoio da professora regente para fazer a mediação necessária de situações de ensino e de aprendizagem com os estudantes, muitas vezes quando o aluno estava agitado ela solicitava que me retirasse da sala com ele para “não atrapalhar a aula e os demais alunos”. O aluno H, com apoio necessário, seria capaz de acompanhar a sua turma, porém a professora não o assistia, propunha atividades de séries anteriores a sua e muitas das vezes atividades repetidas, das quais, ele já tinha decorado as respostas. E, apesar dessa escola possuir uma sala de recurso, em nenhum momento fui indicada para realizar atividades com os estudantes nessa sala específica, o único momento que tive acesso a mesma foi quando H tinha tomado medicação para dormir e a professora pediu para que o levasse para dormir lá.

Por encontrar-me ainda no início do curso, não tinha tido a oportunidade de conhecer os transtornos neurodivergentes existentes, sendo necessário realizar pesquisas sobre os dois já citados, para poder de alguma forma mediar as

atividades pedagógicas com os estudantes. Principalmente H, como a professora não fornecia atividades adaptadas, a coordenação da escola me forneceu uma pasta com cópias de atividades e, a partir desse material, comecei a trabalhar com ele. Entretanto, não me sentia segura para agir em possíveis situações de crise da criança, como também, sem supervisão, não saberia dizer se estava ou não realizando atividades adequadas para a aprendizagem dos estudantes. Veremos, nos resultados encontrados na pesquisa, que as participantes passaram por situações similares nas escolas em que atuavam.

Outro fato que deve ser considerado são os impactos que os alunos e a família podem sofrer com a falta de preparo dos profissionais que estão atuando nas salas de aula como apoio das crianças, pois, os direitos constitucionais desses alunos não estão sendo respeitados.

A partir dessas reflexões, surgiu o interesse em investigar sobre a atuação do estagiário de pedagogia como apoio aos estudantes com necessidades educativas especiais nas escolas, que foi expresso na seguinte questão de pesquisa: Quais as principais dificuldades encontradas pelos estudantes de pedagogia na atuação como estagiários de apoio de alunos com deficiência?

Para tal, como objetivo geral elencamos: Compreender como os estudantes de pedagogia estão atuando no apoio às crianças com deficiência. Como objetivos específicos, buscamos: a) Elencar as ações realizadas pelos estagiários em sala de aula; b) Identificar as formações recebidas pelos estagiários nas escolas; c) Perceber se os conhecimentos pedagógicos do curso de pedagogia são mobilizados pelos estagiários no apoio as crianças com necessidades educativas especiais.

É importante ressaltar que, apesar de terem garantidos por lei o direito à escolaridade regular, o acesso à escola pelas crianças com deficiência pode ser difícil, principalmente pela dificuldade de infraestrutura. Porém, ainda mais difícil podem ser as condições de permanência dessas crianças, tanto por falta de estagiários para o acompanhamento, ou ainda, a falta de formação específica da comunidade escolar.

E para melhor compreensão, essa pesquisa se encontra organizada em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta o campo teórico referente à temática, onde vamos tratar da Educação Inclusiva, Estágio na Educação Inclusiva e o Estagiário de Licenciatura de Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco/Sede. O segundo capítulo descreve o caminho metodológico da pesquisa, a natureza,

meios e instrumentos de pesquisa, universo pesquisado, sujeitos pesquisados, assim como a metodologia utilizada para analisar as informações que foram coletadas. Por último, o terceiro capítulo aborda a análise dos resultados obtidos com a pesquisa.

## CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZANDO EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESTÁGIO

Neste primeiro capítulo, veremos o que as leis, autores e pesquisadores abordam sobre a temática de educação inclusiva e sobre o estágio. Sendo assim, ao fazermos o levantamento bibliográfico no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a partir dos indexadores: educação inclusiva, estágio e pedagogia, encontramos 46 artigos, mas apenas cinco contemplaram os objetivos desta investigação. A saber:

Vioto e Vitaliano (2013), discutem em seu artigo sobre a formação inicial de estudantes de pedagogia, destacando o despreparo de grande parte dos professores, em todos os níveis de ensino, para receber nas salas de aula das escolas regulares os alunos com deficiência. Ressaltam que é necessária uma mudança de postura por parte dos professores para que ocorra uma melhor inclusão desses alunos.

De acordo com as autoras (*apud* SANTOS 2002), a respeito do curso de pedagogia comentam que:

[...] a Pedagogia é o único curso de nível superior que possui instrumentos teóricos e experiência na formação de docentes do ensino especial e do ensino regular, capaz de 'consagrar' uma formação coerente com os pressupostos da proposta da Educação Inclusiva.

É necessário que haja uma formação que contemple a diversidade que a escola integra, pois os docentes precisam atender às necessidades especiais de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos com deficiência ou não,

é necessário avaliar os cursos de formação inicial e continuada de professores comuns e especializados, para se verificar até que ponto a política de formação de professores para a Educação Básica responde a essas demandas das políticas de inclusão escolar (PACCO, 2015, p. 34227).

Já Nogueira (2017), fala da importância das políticas educacionais, com ênfase nos desafios de inclusão no ensino regular e da relevância desse tema para o educador, pois mostra uma discussão na área da educação, compreendendo a construção desta política, desvelando a caracterização errônea dentro dela, e aponta também como o profissional educador deve se preparar para o trabalho dentro da inclusão social.

Segundo Nogueira:

[...] a educação inclusiva compreende a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos. Ela favorece a diversidade na medida em que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar (NOGUEIRA, 2017, p.166).

Desta forma, se é um espaço para todos, a escola tem que adquirir meios para que ocorra o processo de inclusão da criança com deficiência, trabalhando juntamente com as políticas educacionais ela tem o direito assegurado de obter materiais pedagógicos, assim também como acesso às salas multifuncionais que ajudam na aprendizagem e no desenvolvimento do aluno.

De acordo com Ricardo e Delgado,

A adoção de políticas educacionais para a inclusão escolar garantiu aos alunos com deficiência o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é realizado no contra turno escolar, em salas de recursos especiais na escola regular, ou em instituições especializadas e tem como objetivo complementar ou suplementar a formação do estudante por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (2018, p. 73).

Da mesma forma ocorre quando há materiais adaptados para esses alunos, mas o que vemos muitas vezes nas escolas é a falta desses materiais, prejudicando assim o desenvolvimento e aprendizagem da criança, como também o trabalho docente.

Sampaio e Sampaio (2009), tratam do tema da inclusão da criança com deficiência intelectual na escola pública fundamental. Elas iniciam o artigo com um relato sucinto da história de atenção à pessoa com deficiência, seguida de uma discussão sobre os conceitos de integração e inclusão. As autoras realizaram uma pesquisa onde foi possível constatar, de forma unânime, que as professoras se sentiam despreparadas para trabalhar com essas crianças.

O professor assume um papel de suma importância nesse processo de inclusão escolar, entretanto, podemos muitas vezes observar a falta de qualificação de alguns profissionais em todos os níveis de ensino nas salas de aula das escolas regulares. Como afirmam as autoras Sampaio e Sampaio, “uma das principais barreiras para a efetiva inserção dos alunos deficientes no sistema regular de ensino, é o despreparo dos professores para receber esta clientela” (2009, p. 45).

Considerando que a profissão docente não finaliza na formação inicial nas instituições de ensino superior, cabe à escola e as redes de ensino fornecerem a formação continuada desses professores, como também orientar os discentes das licenciaturas, que exercem a função de estagiário de crianças com deficiência, como atuar de maneira mais efetiva em prol do ensino e da aprendizagem desses estudantes.

A importância da formação é um ponto em comum ressaltado por todos. Encontramos referência aos sentimentos de medo, apreensão e insegurança dos professores, o que demonstra um reconhecimento de que possíveis reações afetivas podem interferir na posição deles diante da proposta inclusiva (SAMPAIO; SAMPAIO, 2009, p. 52).

A formação continuada dos professores em educação inclusiva não é apenas para que a criança tenha um bom atendimento em sala de aula, para que ocorra a inclusão ou para benefício delas. Mas também, para que o professor sinta-se capaz e seguro para realizar as adaptações e cuidados pertinentes à suas crianças, com o apoio da comunidade escolar, “a educação inclusiva deve pautar-se por princípios éticos, formação profissional de qualidade, competência e eficiência dos professores” (ROGALSKI, 2010, p. 2).

Os preceitos da acessibilidade carregam consigo a diversidade humana e afirmam a importância de ações que visem à eliminação de barreiras no acesso de todos à educação (LEITE; MARTINS 2015), o importante é que a escola possa fazer o possível para ir quebrando esses diferentes tipos de barreiras no dia a dia.

As autoras Leite e Martins destacam ainda sobre o decreto federal nº 6.571 que regulamenta o parágrafo único do art. 60 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

Em setembro de 2008, surge o decreto n.6.571 que, nos incisos do seu artigo 3º, referentes à oferta do atendimento educacional especializado, traz as seguintes atuações: implantação das salas de recursos multifuncionais; proposições de formação continuada aos professores, gestores e demais profissionais das escolas no panorama da educação inclusiva; adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade; elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade e estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior. No segundo parágrafo, que se refere à distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade, prevê livros didáticos e paradidáticos em Braille, áudio e Libras, laptops com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitem o acesso ao currículo (LEITE; MARTINS, 2015, p. 99).

Como é de conhecimento dos que atuam na área educacional, não são todas as escolas que estão adaptadas dessa forma. Em consequência disso, os estudantes com alguma deficiência não conseguem acompanhar os colegas, e, tendo progressões automáticas, eles continuam a escolaridade sem ter aprendido o suficiente. Ou ainda, desistem de frequentar a sala de aula. Decerto, “ainda muito há por se fazer para que a operacionalização de ações pedagógicas efetivas, que visem à eliminação de barreiras de acesso ao currículo, possa se constituir como ações cotidianas no interior das unidades escolares” (LEITE; MARTINS, 2015, p. 100).

Assim, consideramos que educação inclusiva no tocante ao trabalho docente com estudantes com deficiência, deve ser alvo de políticas educacionais mais eficazes, bem como fazer parte de formação continuada nas escolas e das redes de ensino, com o compromisso do apoio da gestão das instituições.

### **1.1 Educação Inclusiva**

Quando pensamos em educação escolar, nossos objetivos convergem para que os estudantes estejam juntos aprendendo e participando das atividades sem nenhum tipo de discriminação, tendo todo o apoio necessário para o seu aprendizado e desenvolvimento. A nossa Constituição Federal preconiza que o ensino será ministrado com base no princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Pensando nisso, consideramos o número de alunos com deficiências nas escolas de acordo com os dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira),

O número de matrículas da educação especial chegou a 1,3 milhões em 2020, um aumento de 34,7% em relação a 2016. Nesse caso, o levantamento se refere aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação em classes comuns ou em classes especiais exclusivas. Considerando apenas os alunos de 4 a 17 anos da educação especial, o Censo Escolar revela que o percentual de matrículas de incluídos em classe comum também aumenta gradativamente, passando de 89,5%, em 2016, para 93,3%, em 2020 (INEP, 2021).

Apesar do número de matriculados esteja crescendo ao longo dos anos uma grande maioria dos alunos com necessidades educacionais especiais está fora de qualquer tipo de escola. Tal quadro indica, na verdade, uma exclusão escolar

generalizada dos indivíduos com necessidades educacionais especiais na realidade brasileira (GONÇALVES, 2010, p. 106).

A autora Gonçalves (2010), explana sobre a trajetória da educação especial até os dias atuais no Brasil, assim como os avanços que ela teve. Destaca que os médicos foram os primeiros a se debruçarem sobre as possibilidades de educabilidade da pessoa com deficiência, investigando meios para sua efetivação.

Gonçalves relata que “a Lei 4.024 de Diretrizes e Bases, promulgada em 20 de dezembro de 1961, criou o Conselho Federal de Educação, e nela apareceu a expressão “educação de excepcionais” contemplada em dois artigos (88 e 89)” (p. 99). Mas essa educação de “excepcionais” só teve uma definição em 1971, conforme descreve,

Na Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, o Artigo 9º definiu a clientela de educação especial como os alunos que apresentassem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrassem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula, além dos superdotados; dando a educação especial, conforme apontou Kassar (1988), uma identificação com os problemas do fracasso escolar evidenciados com a expansão da rede pública nos anos sessenta. (GONÇALVES, p. 100)

A autora comenta ainda sobre o Decreto 72.425, de 3 de julho de 1973, que criou o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), junto ao Ministério de Educação; que iria se constituir no primeiro órgão educacional do governo federal, responsável pela definição da política de educação especial (p. 100).

E segundo Freitas e Dainez (2018),

A meta é acolher todas as crianças na faixa etária adequada à educação básica, viabilizando recursos para atender as necessidades específicas de aprendizagem. Neste sentido, as políticas educacionais brasileiras, mais precisamente aquelas voltadas à educação especial, estão orientadas para a transformação do sistema educacional em sistema educacional inclusivo, com ênfase no acesso e permanência de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares (p. 80).

Entretanto, de nada adianta realizar a matrícula nas instituições de ensino dessas crianças se não estão preparadas para recebê-las, bem como também não dispõe de recursos necessários para atendê-las e garantir a permanência. É necessário que essas escolas se estruturam tanto no que diz respeito à

infraestrutura física, quanto curricular, isto é, as escolas devem se preparar para receber ampla variedade de alunos. Tal qual comenta Gonçalves,

As mazelas da educação especial brasileira, entretanto, não se limitam a falta de acesso, pois os poucos alunos com necessidades educacionais especiais que tem tido acesso a algum tipo de escola não estão necessariamente recebendo uma educação apropriada, seja por falta de profissionais qualificados ou mesmo pela falta generalizada de recursos, (...) Os recursos predominantes hoje são salas de recursos em escolas públicas, que substituíram as antigas classes especiais, escolas especiais privadas e filantrópicas e um grande contingente de alunos inseridos em classes comuns sem receber nenhum tipo de suporte à escolarização (GONÇALVES, p.106).

Como vemos, “a inclusão verdadeira é um desafio que deve ser enfrentado pelos governantes, pelos órgãos encarregados das normas educacionais, pelas direções das escolas, pela equipe escolar e principalmente pelos professores, pais e comunidade em geral” (ROGALSKI, 2010, p. 2).

Cabe à escola a função de receber e ensinar a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou outras. O processo de ensino/aprendizagem deve ser adaptado às necessidades dos alunos. E, a escola tem obrigação de receber a todos que procuram, indistintamente (ROGALSKI, 2010, p. 10).

É essencial que a escola esteja atenta à maneira como o seu espaço e as suas práticas podem ser adaptadas para atender a cada aluno com deficiência de forma individual, como cadeirantes, deficientes visuais, auditivos etc. Do mesmo modo que também é necessário adaptar os meios pedagógicos.

As autoras Vioto e Vitaliano (2013), enfatizam a importância da formação do professor (começando pelo estágio) no contexto da educação inclusiva para que eles possam atuar e ser capazes de compreender e praticar o acolhimento à diversidade e estejam abertos a práticas inovadoras na sala de aula. Elas destacam também que outro aspecto evidenciado nas escolas regulares que dificulta o processo de inclusão dos alunos com deficiência é a carência de condições pedagógicas adequadas para o desenvolvimento da aprendizagem já que nestas faltam os recursos materiais de que necessitam para seu pleno desenvolvimento.

### **1.1.1 Nomenclatura e termos**

A terminologia “portador de necessidades especiais”, “necessidades especiais”, “necessidades educativas especiais” e “necessidades educacionais especiais”, de

acordo com os dados da ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância e Fundação Banco do Brasil (2003), esclarece que o vocábulo especial “apresenta uma dimensão jurídica, referindo-se a necessidades educacionais que podem dizer respeito a qualquer pessoa, importantes para definir, principalmente, técnicas pedagógicas adequadas ao processo educacional” (p. 41). Pois, se argumenta que necessidades educacionais ou educativas especiais estão, na teoria, referindo-se a qualquer aluno, que tenha ou não alguma deficiência. Assim como também afirma Nogueira,

a educação inclusiva compreende a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos. Ela favorece a diversidade na medida em que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento e sua vida escolar (2017, p. 166).

Ao longo dos anos a nomenclatura pessoas com deficiência passou por várias modificações desde Inválidos, incapazes, defeituosos, excepcionais, portadores de deficiência, entre outras até chegar ao termo que se utiliza hoje, pessoas com deficiência, sendo esta a mais aceita. Entretanto, conforme Sasaki (2005),

Jamais houve ou haverá um único termo correto, válido definitivamente em todos os tempos e espaços, ou seja, latitudinal e longitudinalmente. A razão disto reside no fato de que a cada época são utilizados termos cujo significado seja compatível com os valores vigentes em cada sociedade enquanto esta evolui em seu relacionamento com as pessoas que possuem este ou aquele tipo de deficiência.

Sasaki ainda em seu trabalho esclarece resumidamente toda a trajetória dos termos utilizados ao longo da história da atenção às pessoas com deficiência, no Brasil.

Quadro 1 – Termos/ nomenclatura da pessoa com deficiência

| ÉPOCA   | TERMOS E SIGNIFICADOS   | VALOR DA PESSOA  |
|---|---|--|
| <p><b>No começo da história, durante séculos.</b></p> <p>Romances, nomes de instituições, leis, mídia e outros meios mencionavam “os inválidos”.</p> <p>Exemplos: “A reabilitação profissional visa a proporcionar aos beneficiários inválidos ...” (Decreto federal nº 60.501, de 14/3/67, dando nova redação ao Decreto nº 48.959-A, de 19/9/60).</p> | <p>“os inválidos”. O termo significava “<u>indivíduos sem valor</u>”. Em pleno século 20, ainda se utilizava este termo, embora já sem nenhum sentido pejorativo.</p> <p>Outro exemplo: “Inválidos insatisfeitos com lei relativa aos ambulantes” (<i>Diário Popular</i>, 21/4/76).</p> | <p>Aquele que tinha deficiência era tido como socialmente inútil, um peso morto para a sociedade, um fardo para a família, alguém sem valor profissional.</p> <p>Outros exemplos: “Servidor inválido pode voltar” (<i>Folha de S. Paulo</i>, 20/7/82). “Os cegos e o inválido” (<i>IstoÉ</i>, 7/7/99).</p> |

| ÉPOCA   | TERMOS E SIGNIFICADOS  | VALOR DA PESSOA   |
|---|--|---|
| <p><b>Século 20 até ± 1960.</b></p> <p>“Derivativo para incapacitados” (<i>Shopping News</i>, Coluna Radioamadorismo, 1973).</p> <p>“Escolas para crianças incapazes” (<i>Shopping News</i>, 13/12/64).</p> <p>Após a I e a II Guerras Mundiais, a mídia usava o termo assim: “A guerra produziu incapacitados”, “Os incapacitados agora exigem reabilitação física”.</p>   | <p>“<b>os incapacitados</b>”. O termo significava, de início, “<u>indivíduos sem capacidade</u>” e, mais tarde, evoluiu e passou a significar “<u>indivíduos com capacidade residual</u>”. Durante várias décadas, era comum o uso deste termo para designar pessoas com deficiência de qualquer idade. Uma variação foi o termo “<b>os incapazes</b>”, que significava “<u>indivíduos que não são capazes</u>” de fazer algumas coisas por causa da deficiência que tinham.</p>   | <p>Foi um avanço da sociedade reconhecer que a pessoa com deficiência poderia ter capacidade residual, mesmo que reduzida.</p> <p>Mas, ao mesmo tempo, considerava-se que a deficiência, qualquer que fosse o tipo, eliminava ou reduzia a capacidade da pessoa em <u>todos</u> os aspectos: físico, psicológico, social, profissional etc.</p>   |
| <p><b>De ± 1960 até ± 1980.</b></p> <p>“Crianças defeituosas na Grã-Bretanha tem educação especial” (<i>Shopping News</i>, 31/8/65).</p> <p>No final da década de 50, foi fundada a Associação de Assistência à Criança <u>Defeituosa</u> – AACD (hoje denominada Associação de Assistência à Criança Deficiente).</p> <p>Na década de 50 surgiram as primeiras unidades da Associação de Pais e Amigos dos <u>Excepcionais</u> – Apae.</p> | <p>“<b>os defeituosos</b>”. O termo significava “<u>indivíduos com deformidade</u>” (principalmente física).</p> <p>“<b>os deficientes</b>”. Este termo significava “<u>indivíduos com deficiência</u>” física, intelectual, auditiva, visual ou múltipla, que os levava a executar as funções básicas de vida (andar, sentar-se, correr, escrever, tomar banho etc.) de uma forma diferente daquela como as pessoas sem deficiência faziam. E isto começou a ser aceito pela sociedade.</p> <p>“<b>os excepcionais</b>”. O termo significava “<u>indivíduos com deficiência intelectual</u>”.</p> | <p>A sociedade passou a utilizar estes três termos, que focalizam as deficiências em si sem reforçarem o que as pessoas não conseguiam fazer como a maioria.</p> <p>Simultaneamente, difundia-se o movimento em defesa dos direitos das pessoas superdotadas (expressão substituída por “pessoas com altas habilidades” ou “pessoas com indícios de altas habilidades”). O movimento mostrou que o termo “os excepcionais” não poderia referir-se exclusivamente aos que tinham deficiência intelectual, pois as pessoas com superdotação também são excepcionais por estarem na outra ponta da curva da inteligência humana.</p> |
| ÉPOCA   | TERMOS E SIGNIFICADOS  | VALOR DA PESSOA   |
| <p><b>1 De 1981 até ± 1987.</b></p> <p>Por pressão das organizações de pessoas com deficiência, a ONU deu o nome de “Ano Internacional das <u>Pessoas</u> Deficientes” ao ano de 1981.</p> <p>E o mundo achou difícil começar a dizer ou escrever “<u>pessoas</u> deficientes”. O impacto desta terminologia foi profundo e ajudou a melhorar a imagem destas pessoas.</p>  | <p>“<b>pessoas deficientes</b>”. Pela primeira vez em todo o mundo, o substantivo “deficientes” (como em “os deficientes”) passou a ser utilizado como adjetivo, sendo-lhe acrescentado o substantivo “pessoas”.</p> <p>A partir de 1981, <u>nunca mais</u> se utilizou a palavra “indivíduos” para se referir às pessoas com deficiência.</p>   | <p>Foi atribuído o valor “pessoas” àqueles que tinham deficiência, igualando-os em direitos e dignidade à maioria dos membros de qualquer sociedade ou país.</p> <p>A Organização Mundial de Saúde (OMS) lançou em 1980 a <u>Classificação Internacional de Impedimentos, Deficiências e Incapacidade</u>, mostrando que estas três dimensões existem simultaneamente em cada pessoa com deficiência.</p>   |
| <p><b>De ± 1988 até ± 1993.</b></p> <p>Alguns líderes de organizações de pessoas com deficiência contestaram o termo “pessoa deficiente” alegando que ele sinaliza que a pessoa inteira é deficiente, o que era inaceitável para eles.</p>  | <p>“<b>pessoas portadoras de deficiência</b>”. Termo que, utilizado somente em países de língua portuguesa, foi proposto para substituir o termo “pessoas deficientes”.</p> <p>Pela lei do menor esforço, logo reduziram este termo para “portadores de deficiência”.</p>  | <p>O “portar uma deficiência” passou a ser um valor agregado à pessoa. A deficiência passou a ser um detalhe da pessoa. O termo foi adotado nas Constituições federal e estaduais e em todas as leis e políticas pertinentes ao campo das deficiências. Conselhos, coordenadorias e associações passaram a incluir o termo em seus nomes oficiais.</p>  |

|  |  |   |
|--|--|---|
| <p><b>De ± 1990 até hoje.</b></p> <p>O art. 5º da Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/9/01, explica que as necessidades especiais decorrem de três situações, uma das quais envolvendo dificuldades vinculadas a deficiências e dificuldades não-vinculadas a uma causa orgânica.</p>  | <p>“<b>peças com necessidades especiais</b>”. O termo surgiu primeiramente para substituir “deficiência” por “necessidades especiais”. daí a expressão “<b>portadores de necessidades especiais</b>”. Depois, esse termo passou a ter significado próprio sem substituir o nome “peças com deficiência”.</p>   | <p>De início, “necessidades especiais” representava apenas um novo termo. Depois, com a vigência da Resolução nº 2, “necessidades especiais” passou a ser um valor agregado tanto à pessoa com deficiência quanto a outras pessoas.</p>   |
| <p>ÉPOCA</p>   | <p>TERMOS E SIGNIFICADOS</p>   | <p>VALOR DA PESSOA</p>  |
| <p><b>Mesma época acima.</b></p> <p>Surgiram expressões como “crianças especiais”, “alunos especiais”, “pacientes especiais” e assim por diante numa tentativa de amenizar a contundência da palavra “deficientes”.</p>  | <p>“<b>peças especiais</b>”. O termo apareceu como uma forma reduzida da expressão “peças com necessidades especiais”, constituindo um eufemismo dificilmente aceitável para designar um segmento populacional.</p>  | <p>O adjetivo “especiais” permanece como uma simples palavra, sem agregar valor diferenciado às peças com deficiência. O “especial” não é qualificativo exclusivo das peças que têm deficiência, pois ele se aplica a qualquer pessoa.</p>  |
| <p><b>Em junho de 1994.</b></p> <p>A Declaração de Salamanca preconiza a educação inclusiva para todos, tenham ou não uma deficiência.</p>   | <p>“<b>peças com deficiência</b>” e peças sem deficiência, quando tiverem necessidades educacionais especiais e se encontrarem segregadas, têm o direito de fazer parte das escolas inclusivas e da sociedade inclusiva.</p>   | <p>O valor agregado às peças é o de elas fazerem parte do grande segmento dos excluídos que, com o seu poder pessoal, exigem sua inclusão em todos os aspectos da vida da sociedade. Trata-se do empoderamento.</p>   |
| <p><b>Em maio de 2002.</b></p> <p>O Frei Betto escreveu no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> um artigo em que propõe o termo “portadores de direitos especiais” e a sigla PODE.</p> <p>Alega o proponente que o substantivo “deficientes” e o adjetivo “deficientes” encerram o significado de falha ou imperfeição enquanto que a sigla PODE exprime capacidade.</p> <p>O artigo, ou parte dele, foi reproduzido em revistas especializadas em assuntos de deficiência.</p> | <p>“<b>portadores de direitos especiais</b>”. O termo e a sigla apresentam problemas que inviabilizam a sua adoção em substituição a qualquer outro termo para designar peças que têm deficiência. O termo “portadores” já vem sendo questionado por sua alusão a “carregadores”, peças que “portam” (levam) uma deficiência. O termo “direitos especiais” é contraditório porque as peças com deficiência exigem equiparação de direitos e não direitos especiais. E mesmo que defendessem direitos especiais, o nome “portadores de direitos especiais” não poderia ser exclusivo das peças com deficiência, pois qualquer outro grupo vulnerável pode reivindicar direitos especiais.</p> | <p>Não há valor a ser agregado com a adoção deste termo, por motivos expostos na coluna ao lado e nesta.</p> <p>A sigla PODE, apesar de lembrar “capacidade”, apresenta problemas de uso:</p> <p>1) Imaginem a mídia e outros autores escrevendo ou falando assim: “<i>Os Podes de Osasco terão audiência com o Prefeito...</i>”, “<i>A Pode Maria de Souza manifestou-se a favor...</i>”, “<i>A sugestão de José Maurício, que é um Pode, pode ser aprovada hoje...</i>”</p> <p>2) Pelas normas brasileiras de ortografia, a sigla PODE precisa ser grafada “Pode”.</p> <p>Norma: Toda sigla com mais de 3 letras, pronunciada como uma palavra, deve ser grafada em caixa baixa com exceção da letra inicial.</p> |
| <p>ÉPOCA</p>   | <p>TERMOS E SIGNIFICADOS</p>   | <p>VALOR DA PESSOA</p>  |
| <p><b>De ± 1990 até hoje e além.</b></p> <p>A década de 90 e a primeira década do século 21 e do Terceiro Milênio estão sendo marcadas por eventos mundiais, liderados por organizações de peças com deficiência.</p> <p>A relação de documentos produzidos nesses eventos pode ser vista no final deste artigo.</p>   | <p>“<b>peças com deficiência</b>” passa a ser o termo preferido por um número cada vez maior de adeptos, boa parte dos quais é constituída por peças com deficiência que, no maior evento (“Encontrão”) das organizações de peças com deficiência, realizado no Recife em 2000, conclamaram o público a adotar este termo. Elas esclareceram que não são “portadoras de deficiência” e que não querem ser chamadas com tal nome.</p>   | <p>Os valores agregados às peças com deficiência são:</p> <p>1) o do empoderamento [uso do poder pessoal para fazer escolhas, tomar decisões e assumir o controle da situação de cada um] e</p> <p>2) o da responsabilidade de contribuir com seus talentos para mudar a sociedade rumo à inclusão de todas as peças, com ou sem deficiência.</p>   |

SASSAKI, Romeu Kazumi (2005).

Portanto, como pudemos ver na explicação de Sasaki, a nomenclatura Pessoa com deficiências (PcD), é considerada atualmente o termo correto, pois não é pejorativo e nem inferioriza.

E Nogueira afirma que diferentes terminologias percorrem hoje a trajetória rumo à diversidade, porém,

Implica, no entanto, que cada país deve definir e adotar políticas públicas pensadas desde sua própria realidade, apropriadas ao contexto, à sociedade e à cultura, e o processo de avaliação não pode ser dissociado desses princípios norteadores (2017, p. 168)

Já o termo necessidades educacionais especiais é o usado nos dias atuais, pois abrange a todas as crianças e jovens cujas necessidades envolvam deficiências ou dificuldades de aprendizagem e que há a necessidade de adaptações generalizadas do currículo escolar, devendo o mesmo ser adaptado às características do aluno, durante grande parte ou todo o percurso escolar do aluno ou apenas modificações parciais do currículo escolar. Assim como Ricardo e Delgado esclarecem que, “aos alunos com necessidades educacionais especiais, entende-se que são estudantes com deficiências, TGD (Transtornos Globais do Desenvolvimento) / TEA (Transtorno do Espectro Autista) e altas habilidades/ superdotação” (p. 73, 2018).

No decorrer desta pesquisa autores e pesquisadores utilizam o termo educação especial e educação inclusiva, enquanto um é uma modalidade de ensino oferecida nas escolas visando o atendimento dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o outro trata-se de um modelo educacional que visa garantir o acesso à escola a todos, independentemente de o aluno ter ou não algum tipo de deficiência. Como esclarecido por Martins, Silva e Sachinsk (apud KASSAR, 2011, p. 71) referente à educação inclusiva que diz,

[...] a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996- LDB 9694/96- é promulgada, propondo a adequação das escolas brasileiras para atender satisfatoriamente todas as crianças. Diferenças étnicas, sociais, culturais ou de qualquer ordem passam a ser foco do discurso de inclusão escolar.

Eles comentam ainda que “a Educação Inclusiva se distingue da Educação Especial, pois não é caracterizada como modalidade, mas sim um procedimento metodológico dentro da educação básica” (MARTINS, SILVA E SACHINSK, 2020, p.

14). Os autores acrescentam ainda que a LDB atribuiu significado à Educação Especial e à Educação Inclusiva. Esclarecem que,

a Educação Especial é entendida como modalidade transversal, assim como demais modalidades educacionais (Educação do Campo, Educação de Jovens e adultos, etc), e perpassa todos os níveis de educação escolar, isso significa que abrange toda demanda do ensino, desde a fase inicial da Educação Infantil até os alunos universitários, todos têm direito ao ensino assegurado por lei (MARTINS, SILVA E SACHINSK, 2020, p.13).

E essa modalidade envolve a criação de programas de ensino especializado para um melhor aprendizado desses alunos e recursos adaptados que os ajudem a superar seus desafios educacionais. Já a educação inclusiva, “é uma abordagem educacional que visa garantir que todos os alunos, incluindo aqueles com NEE, sejam incluídos no mesmo ambiente de ensino. A ideia é que todos os alunos possam aprender e crescer juntos” (SARA FILPO, 2023), independentemente de suas habilidades ou desafios.

## **1.2 Estágio na educação especial**

Como citado anteriormente, a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, em seu Art. 1º define o estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante, que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008).

Para Ricardo e Delgado (2018),

O estágio visa o aprendizado das competências inerentes à atividade profissional e tem duas modalidades: o obrigatório e o não obrigatório. O primeiro é requisito para aprovação no curso, já o segundo é contabilizado como acréscimo à carga horária obrigatória (p. 70).

Podendo, dessa forma, o discente está realizando o estágio extracurricular desde o primeiro ano.

As autoras Pimenta e Lima (2006), em seu artigo discutem sobre a formação de professores a partir da relação teoria e prática presente nas atividades de

estágio, elas comentam que “enquanto campo de conhecimento, o estágio se produz na interação dos cursos de formação com o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas. Nesse sentido, o estágio poderá se constituir em atividade de pesquisa” (p.6).

Em seu outro trabalho, Pimenta também ressalta que,

A atividade teórica é que possibilita de modo indissociável o conhecimento da realidade e o estabelecimento de finalidades para a sua transformação. Mas para produzir tal transformação não é suficiente a atividade teórica; é preciso atuar praticamente (PIMENTA, 2006, p. 63).

Assim, o estágio é o momento de aquisição de aprendizado em que o estagiário pratica o seu conhecimento teórico, bem como teoriza a sua prática, em outras palavras, completa o processo formal de ensino na articulação entre teoria e prática nas escolas onde realizam o estágio, nas palavras de Paulo Freire, na práxis.

Portanto, o estágio poderá ocorrer

Desde o início do curso, possibilitando que a relação entre os saberes teóricos e os saberes das práticas ocorra durante todo o percurso da formação, garantindo, inclusive, que os alunos aprimorem sua escolha de serem professores a partir do contato com as realidades de sua profissão (PIMENTA; LIMA, 2005-2006, p.21).

Nesse sentido, o estagiário se torna mediador do processo de inclusão. Quando realizado de forma planejada e sistematizada, seu trabalho pode contribuir para este verdadeiro processo, contribuindo para o desenvolvimento integral do aluno com necessidades educacionais especiais.

Para Freitas e Dainez,

Se por um lado, a contratação de estagiários pelas redes de ensino se apresenta como uma iniciativa voltada para a oferta de condições necessárias para a permanência do alunado da educação especial na escola e para o seu acesso a aprendizagem escolar, por outro lado, notamos que a função das estagiárias demanda maior definição (FREITAS; DAINEZ, 2018, p. 88).

É válido ressaltar que os professores e os próprios estagiários desconhecem a função destes em relação ao aluno com deficiência. O aluno que deveria estar incluído acaba sendo excluído dentro da própria sala de aula comum, se tornando um processo de integração e não um processo de inclusão.

Ricardo e Delgado (2018, p.76), apontam que,

A experiência do estagiário é diversificada, pois o ambiente escolar pode ser acolhedor ou não. É comum que estagiários fiquem inseridos na sala de aula com alunos com necessidades educacionais especiais como um "auxiliar" e este auxílio acaba ficando como uma responsabilidade para este profissional, pois não recebe uma atenção diária e devido sua falta de experiência agregada a falta de capacitação do professor regente para lidar com este público, as dificuldades para realizar o trabalho aumentam e por vezes se tornam um desafio (apud SILVA; VITOR, 2006).

Muitas vezes o estagiário fica sobrecarregado, sem o auxílio que deveria ter desde o momento que é contratado ou até ficando por conta própria em sala de aula com o aluno com deficiência. A propósito, acompanhando mais de um aluno em algumas escolas, pois, ocorre de ter salas com mais de uma criança com deficiência e é solicitado ao estagiário atender os diversos estudantes com diferentes idades, anos escolares e suas especificidades.

Na opinião de Freitas e Dainez (2018, p. 91), "alunos que realizam estágio precisam encontrar um espaço de diálogo em um grupo de formação, para ser possível fazer a mediação entre os acontecimentos que envolvem a prática pedagógica e as questões teóricas." (apud OLIVEIRA, PINTO, 2011).

Há muitos desafios que permeiam o sistema educacional inclusivo e apesar dos municípios instituírem ações de suporte pedagógico com vistas em assegurar a escolarização do público-alvo da educação especial, como contratação de estagiários, "uma mediação pedagógica planejada é importante na apropriação dos conhecimentos dos estagiários e dos alunos em que irão trabalhar e quando isso não ocorre acaba prejudicando o processo de ensino e de aprendizagem" (RICARDO; DELGADO, 2018, p. 81).

E ainda que no termo de compromisso de estágio esteja informando que os estudantes de pedagogia atuarão como AEE, o MEC (Ministério da Educação e Cultura) esclarece que o Atendimento Educacional Especializado, "é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional" (BRASIL, 2008).

Sob essa visão pode-se entender que, apesar da nomenclatura apresentada no contrato do estagiário seja AEE, as funções e atividades são completamente diferentes da que é informado pelo MEC, pois o AEE é um profissional já formado e

especializado na área. Além do mais, o Atendimento Educacional Especializado tem como alvo da Educação especial, “pessoas com deficiência, seja ela mental, auditiva, visual, motora, física múltipla ou decorrente de distúrbios evasivos do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas que também têm integrado o alunado da educação especial” (ROGALSKI, 2010, p. 3). Sendo um serviço de apoio à sala de aula comum, para que se ofereça meios e modos que efetive o ensino e aprendizagem de cada criança.

O NEE - Necessidades Educativas Especiais, está associado a pessoas com problemas sensoriais, físicos, intelectuais e emocionais e com dificuldades de aprendizagem derivadas de fatores orgânicos e/ou ambientais. Vasconcelos e Soares, esclarecem que a terminologia “Necessidades Educacionais Especiais vem sobrevivendo a um tempo considerável, porque não é fácil encontrar outro termo mais aceitável, na qual poderíamos incorporá-lo na legislação, na política” (2017, p. 5).

As autoras, citando Mittler (2003), dizem que “é lamentável que ainda não tenha sido possível dar um novo nome aos coordenadores de apoio à aprendizagem” (2017, p. 5). Podemos ver que há a necessidade de novos estudos para a revisão do conceito de deficiência, bem como, discutir a terminologia dos estagiários que atuam com esses estudantes, para que dessa forma não ocorra nenhum tipo de discriminação ou preconceito em virtude de um termo mal-empregado.

### **1.3 O Estagiário de Licenciatura de Pedagogia da UFRPE/ SEDE**

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso - PPC, que é o documento orientador da concepção, organização e funcionamento do curso, a Licenciatura em Pedagogia “proporciona ao licenciando a iniciação à atividade de pesquisa e análise crítica das práticas pedagógicas, da cultura e dos saberes escolares e não escolares” (2018, p. 14).

De acordo com o PPC (2018, p. 31), da UFRPE/SEDE, o Curso de Graduação em Pedagogia,

Tem como objetivo geral formar profissionais do magistério da educação básica com ênfase nas atividades de docência, contemplando nesta formação a gestão educacional, dos sistemas

de ensino e das unidades escolares da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, além dos espaços não-escolares conforme o Parecer CNE/CP n.º 05/2005, reiterado na Resolução n.º 01/2006.

Sendo assim, o objetivo principal do curso de Pedagogia é a formação de profissionais que estejam preparados para atuar na área da educação, com o propósito de trazer experiências de aprendizagem mais valorosas.

O estágio na maioria das vezes é o primeiro contato do licenciando com a realidade escolar. Por ser uma graduação em licenciatura, com muitas teorias e amplas possibilidades de atuação, a práxis pedagógica, a reflexão sobre a atuação docente e sua prática, é necessária para a construção da profissionalidade docente. Muitos estudantes da licenciatura em pedagogia são oriundos de classes populares, esse fator leva o estudante à busca de estágio desde o primeiro ano do curso.

O estágio objetiva o aprendizado das competências referentes à atividade profissional e tem duas modalidades: o ESO - Estágio obrigatório supervisionado e o ENO – Estágio não obrigatório. O primeiro é dividido em cinco períodos, onde o discente terá que estagiar a partir do quinto período em setores/turmas diferentes, o primeiro ESO é em Gestão Educacional e Escolar, o segundo ESO em Educação Infantil, o terceiro ESO no Ensino Fundamental (Anos iniciais), o quarto ESO em Educação de Jovens Adultos e o último em Processos educativos não-formais. Cada um com carga horária entre 45h, 60h e 90h. Sendo o ESO componente curricular obrigatório.

Logo, o PPC

em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2013 – 2010), no que diz respeito à Política de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação, para a Educação Básica, concebe sobre a importância de inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar, que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino e aprendizagem (p. 139).

O PPC ainda esclarece que o campo de atuação será composto por

escolas da Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e em turmas de Educação de jovens, adultos e idosos, assim como em situações não formais, em instituições tais como: ONGs, hospitais, empresas, centros de assistência social (CRAS), etc. (p. 138).

A Licenciatura em Pedagogia da UFRPE está organizada em nove períodos, e cada um possui um eixo temático para o qual tenderão os componentes curriculares dos respectivos períodos. A disciplina que os discentes cursam e que aborda especificamente a inclusão em sala de aula é a Educação Inclusiva e Diversidade Escolar, com carga horária de 60h, disciplina essa que é oferecida no 5º período e ainda tem a disciplina de Libras com 60h, que de acordo com o decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, em seu Art. 3º “a Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior”, diante dessa obrigatoriedade a universidade oferece a disciplina de libras apenas no 6º período. Para uma melhor compreensão no quadro 2 tem-se a matriz curricular.

Quadro 2 – Matriz Curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia

|                   |  |   |  |   |  |  |  |                         |
|-------------------|--|---|--|---|--|--|--|-------------------------|
| 1º período (405h) | Fundamentos Da Arte Educação (60h)                       | Fundamentos das Ciências da Natureza (60h)              | Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação (60h)      | Ideologia e Prática Pedagógica P (45h)                          | Leitura e Produção de Texto Acadêmico P (60h)                          | Prática Educacional Pesquisa e Extensão (FE) - PEPE (FE) (60h)   | Psicologia, Cultura e Educação (30h)         | Educação Física A (30h) |
| 2º período (405h) | Educação, Tecnologias da informação e comunicação (60h)  | Fundamentos Socio-Antropológicos da Educação (60h)      | Gestão Educacional e Escolar (60h)                       | Identidade, Cultura e Sociedade P (45h)                         | Legislação Educacional e Políticas Públicas (60h)                      | Prática Educacional Pesquisa e Extensão (GEE) - PEPE (GEE) (60h) | Psicologia do Desenvolvimento Infantil (60h) | -                       |
| 3º período (360h) | Fundamentos da Educação Infantil P (60h)                 | Fundamentos da Língua Portuguesa (60h)                  | Fundamentos da Matemática P (60h)                        | Prática Educacional Pesquisa e Extensão (EI) - PEPE (EI) (60h)  | Práticas Pedagógicas na Educação Infantil (60h)                        | Teorias de Aprendizagem (60h)                                    | -  | -                       |
| 4º período (360h) | Avaliação Educacional e da Aprendizagem (60h)            | Didática P (60h)  | Fundamentos da Geografia (60h)                           | Fundamentos de História (60h)                                   | Prática Educacional Pesquisa e Extensão (AI)-PEPE (AI) (60h)           | Processos de Aprendizagem (60h)                                  | -  | -                       |
| 5º período (375h) | Educação das Relações Étnico Raciais P (60h)             | Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJA I (45h)      | <b>Educação Inclusiva e Diversidade Escolar (60h)</b>    | ESO em Gestão Educacional e Escolar (GEE) (90h)                 | Metodologia de Ensino e Aprendizagem das Ciências da Natureza I (60h)  | Prática Educacional Pesquisa e Extensão (FN) - PEPE (FN) (60h)   | -  | -                       |
| 6º período (390h) | Alfabetização e Letramento (60h)                         | ESO em Educação Infantil (EI) (90h)                     | <b>LIBRAS (60h)</b>                                      | Metodologia da Pesquisa Qualitativa em Educação (60h)           | Metodologia de Ensino e Aprendizagem da Arte I (60h)                   | Metodologia de Ensino e Aprendizagem da Matemática I (60h)       | -  | -                       |
| 7º período (375h) | ESO em Ensino Fundamental (Anos iniciais) (AI) (90h)     | Metodologia de Ensino e Aprendizagem da Geografia (60h) | Metodologia de Ensino e Aprendizagem da História I (60h) | Metodologia de Ensino e Aprendizagem da Língua Portuguesa (60h) | Metodologia de Ensino e Aprendizagem da Matemática II (45h)            | Prática Educacional Pesquisa e Extensão (MP) - PEPE (MP) (60h)   | -  | -                       |
| 8º período (390h) | ESO em Educação de Jovens Adultos e Idosos (EJA I) (90h) | Geografia e a Prática Pedagógica (45h)                  | Metodologia de Ensino e Aprendizagem da Arte II (60h)    | Metodologia de Ensino e Aprendizagem da História II (45h)       | Metodologia de Ensino e Aprendizagem das Ciências da Natureza II (45h) | Prática Educacional Pesquisa e Extensão (FP) - PEPE (FP) (60h)   | Optativa 1 (45h)                             | -                       |
| 9º período (240h) | ESO em processos educativos não-formais (NF) (45h)       | Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (60h)              | Optativa 2 (45h)   | Optativa 3 (45h)  | Optativa 4 (45h)   | -  | -  | -                       |

Fonte: PPC - Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRPE (2018, p. 58).

A ementa do curso, quadro 3, aborda detalhadamente os conteúdos que serão ministrados, assim como outras informações pertinentes da disciplina de Educação inclusiva e diversidade escolar, como podemos verificar a seguir,

Quadro 3 – Ementa da disciplina de Educação Inclusiva e Diversidade Escolar

|   |  |
|---|--|
| <b>COMPONENTE CURRICULAR:</b> Educação Inclusiva e Diversidade Escolar  |  |
| <b>PERÍODO A SER OFERTADO:</b> 5.º  | <b>NÚCLEO DE FORMAÇÃO:</b> Estudos de Formação Geral |
| <b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b> 60h   | <b>CRÉDITOS:</b> 04                                  |
| <input checked="" type="checkbox"/> <b>TEÓRICA</b>  | <input type="checkbox"/> <b>EAD- SEMIPRESENCIAL</b>  |
| <b>PRÁTICA</b>  |  |
| <b>PRÉ-REQUISITO:</b>   |  |
| <b>REQUISITO DE CARGA HORÁRIA:</b>  |  |
| <b>CORREQUISITO:</b> NENHUM   |  |
| <b>EMENTA:</b>  |  |
| Estudos sobre os atuais debates acerca da Educação Especial e o movimento dos processos inclusivos e de escolarização dos sujeitos com deficiência; Os discursos da diversidade escolar, as pesquisas, as políticas educacionais e os contextos educativos: contribuições, desafios e repercussões para práticas educativas e de escolarização. |  |
| <b>PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:</b>  |  |
| <b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:</b>   |  |

|   |
|---|
| <p><b>1. EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO: ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS EDUCACIONAIS</b></p> <p>a. Princípio da Educação Inclusiva<br/> b. Visão histórica da Educação Especial<br/> c. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva<br/> d. Políticas e diretrizes, tendências e desafios da educação especial e da educação inclusiva<br/> b. Marcos históricos e normativos da educação especial no contexto da rede municipal de ensino do Recife</p> <p><b>2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE</b></p> <p>a. Reaprendendo a olhar as Relações Étnicos Raciais</p> <p><b>3. EDUCAR NA DIVERSIDADE</b></p> <p>a. Igualdade e diferença na escola<br/> b. Formação de professores para a escola inclusiva: possibilidades e limitações<br/> c. Adaptações curriculares: mudanças na organização pedagógica da escola<br/> c. Práticas inclusivas de avaliação na sala de aula</p> <p><b>3. ORIENTAÇÕES PARA PRÁTICA PEDAGÓGICAS COM ESTUDANTES COM NEE</b></p> <p>a. Estudantes com Deficiência Visual e os Desafios desse contexto<br/> b. Estudantes com Surdez e os Desafios desse contexto<br/> c. Estudantes com Surdocegueira e os Desafios desse contexto<br/> d. Estudantes com Múltipla Deficiência sensorial e os Desafios desse contexto<br/> e. Estudantes com Deficiência Intelectual e os Desafios desse contexto<br/> f. Estudantes com Deficiência Física e os Desafios desse contexto<br/> g. Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e os Desafios desse contexto<br/> h. Estudantes com Altas Habilidades e os Desafios desse contexto</p> <p><b>4. Formação do professor rumo a escola inclusiva</b><br/> <b>5. Currículo</b><br/> <b>6. Avaliação da aprendizagem</b></p> <p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b></p> <p>BUENO, J. G. S. <b>Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores:</b> generalistas ou especialistas? Revista Brasileira de Educação Especial, n.5, set. 1999.<br/> DOMINGUES, C. A. <b>A educação especial na perspectiva da inclusão escolar:</b> os alunos com deficiência visual, baixa visão e cegueira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial, Universidade Federal do Ceará, 2010.<br/> FLEITH, D. S. (Org.). <b>A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação.</b> Vol.1: Orientações a Professores. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2007.</p> |
|---|

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

MANZINI, E. J.; SANTOS, M. C. F. **Recursos pedagógicos adaptados**. Secretaria de Educação Especial. Fascículo 1. 56p.: il. Brasília: MEC: SEESP, 2002.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

RECIFE. Prefeitura. Secretaria de Educação. **Instrução Normativa 04/2015**. Dispõe sobre os procedimentos avaliativos inclusivos para os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista/ transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados em classes comuns na rede regular de ensino do Recife. Diário Oficial do Recife, Poder Executivo, Recife, n. 25, 05 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/diariooficial-acervo/exibemateria.php?cedicacodi=25&aedicaano=2015&ccadercodi=2&csecaocodi=71&cmatercodi=1&QP=&TP=>>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

Fonte: PPC - Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRPE (2018, p.90-92)

Mesmo com essas disciplinas que contemplam as NEE (Necessidades Especiais Educacionais), o discente pode iniciar o estágio a partir do segundo período do curso, e praticamente desprovido de conhecimentos necessários para atuar com as crianças com deficiência. Pois, muitos dos estudantes quando são contratados em seu primeiro estágio, principalmente para a rede municipal de ensino, atuam como apoio de educação especial.

Sendo assim, realizamos um levantamento de quantos estudantes do curso de pedagogia estavam atuando no ano de 2023 com estudantes com necessidades educativas especiais, de 252 matriculados no curso de pedagogia, setenta e oito estavam realizando o estágio não obrigatório (ENO) e desses, vinte e nove estudantes realizavam seu estágio na área de educação especial, dentre esses, vinte e três atuavam no ensino fundamental - anos iniciais, cinco na educação infantil e um na EJA – educação de jovens, adultos e idosos. Esta é uma problemática para o curso de Pedagogia: oferecer aos estudantes, desde o primeiro ano, ao menos alguns fundamentos teóricos e práticos para se lidar com o processo de inclusão escolar.

É importante destacar que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que versa sobre um conjunto de dispositivos e também determina que haja um acompanhante para auxiliar a criança nas atividades desenvolvidas no ambiente escolar.

O estudante, quando é contratado em seu primeiro estágio para atuar com crianças com necessidades especiais, se torna, conforme a referida Lei, um profissional de apoio escolar, pois, além de realizar as atividades pedagógicas com

a criança também realiza todas as demais atividades descritas na lei, no item XII a seguir,

XII - atendente pessoal: pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

XIII - profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

XIV - acompanhante: aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal (BRASIL, 2015).

O estagiário acaba se tornando indispensável para o desenvolvimento da criança seja no ensino e aprendizagem, como também para a promoção da acessibilidade e atendimento às necessidades específicas dos estudantes no âmbito da atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção. Diante dessa complexidade, enfatizamos a necessidade de formação continuada oferecida pelas instituições e redes de ensino que recebem esses estagiários.

## CAPÍTULO II: CAMINHOS METODOLÓGICOS

### 2.1 NATUREZA, MEIOS E INSTRUMENTOS DA PESQUISA:

A presente pesquisa configura-se em uma investigação de abordagem qualitativa. Podemos conceituar a pesquisa qualitativa como uma exposição e esclarecimentos dos significados que as pessoas atribuem a determinados eventos e objetos, os dados coletados devem ser diversificados, o que exige o uso de vários recursos.

Segundo Thiollent a metodologia tem como objetivo

Analisar as características dos vários métodos disponíveis, avaliar suas capacidades, potencialidades, limitações ou distorções e criticar os pressupostos ou as implicações de sua utilização. Ao nível mais aplicado, a metodologia lida com a avaliação de técnicas de pesquisa e com a geração ou a experimentação de novos métodos que remetem aos modos efetivos de captar e processar informações e resolver diversas categorias de problemas teóricos e práticas da investigação (1947, p. 25).

A metodologia se refere a uma série de métodos e técnicas que são seguidos para atingir o objetivo da pesquisa. Para Laville e Dionne (2008, p. 11), “é imprescindível trabalhar com rigor, com método, para assegurar a si e aos demais que os resultados da pesquisa serão confiáveis, válidos”.

De acordo com Lüdke e André (2018, p. 12, *apud* BODGAN e BIHLEN, 1982), “a pesquisa qualitativa ou naturalista, envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”. Esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem, esse método foi escolhido, pois nos possibilita interpretar aspectos imateriais, como opiniões, intenções, sensações e pensamentos.

O instrumento utilizado foi um questionário do *Google Forms*<sup>1</sup> para descrição do estagiário e compreensão de como é desempenhado o seu estágio junto aos alunos com deficiência. Selecionamos os estudantes que atuavam efetivamente com

---

<sup>1</sup> *Google Forms* é um aplicativo de administração de pesquisas incluído no pacote do escritório do Google Drive.

esse público e o formulário foi enviado para os estudantes, via e-mail e WhatsApp<sup>2</sup>, que realizaram estágio em AEE (Atendimento Educacional Especializado), onde fizemos a coleta dos relatos de suas experiências em turmas de educação especial e descrição de suas atividades nesta função.

Decidimos pelo uso desse instrumento on-line, pois, quando estávamos na etapa de coleta de dados no ano de 2022 passávamos pela pandemia de COVID-19, também conhecida como pandemia de coronavírus, uma síndrome respiratória aguda grave. O vírus foi identificado pela primeira vez a partir de um surto na China em dezembro de 2019 e repercutindo seus efeitos à nível nacional e internacional. Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou o surto como Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional e, em março deste mesmo ano, como pandemia. Pandemia essa que manteve toda a população dentro de suas casas, em isolamento social por longos meses e infelizmente levando muitas pessoas de todo o mundo a óbito.

Essa pesquisa teve como sujeitos os discentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco, localizada na cidade do Recife-PE, que em algum momento do curso chegou a realizar o estágio na educação especial. Os estudantes atuaram como estagiários em AEE (Atendimento Educacional Especializado), nas turmas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental 1, da Rede Municipal do Recife. Os estagiários dessas turmas foram escolhidos para participar, por despontarem, no levantamento dos dados, como a maior atuação de estagiários em pedagogia como AEE nas escolas. Neste trabalho, elegemos nomes fictícios para todos a fim de garantir o anonimato dos participantes.

Diante disso, “para interrogar os indivíduos que compõem essa amostra, a abordagem mais usual consiste em preparar uma série de perguntas sobre o tema visado, perguntas escolhidas em função da hipótese” (LAVILLE e DIONNE, 2008, p. 183). De acordo com Thiollent (1986), são utilizados questionários convencionais, pois é possível ser aplicável em maior escala.

Marconi e Lakatos conceituam que,

Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador;

---

<sup>2</sup> WhatsApp é um aplicativo de mensagens gratuito que permite enviar mensagens de texto e compartilhar outros formatos de mídia.

depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo. (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 201).

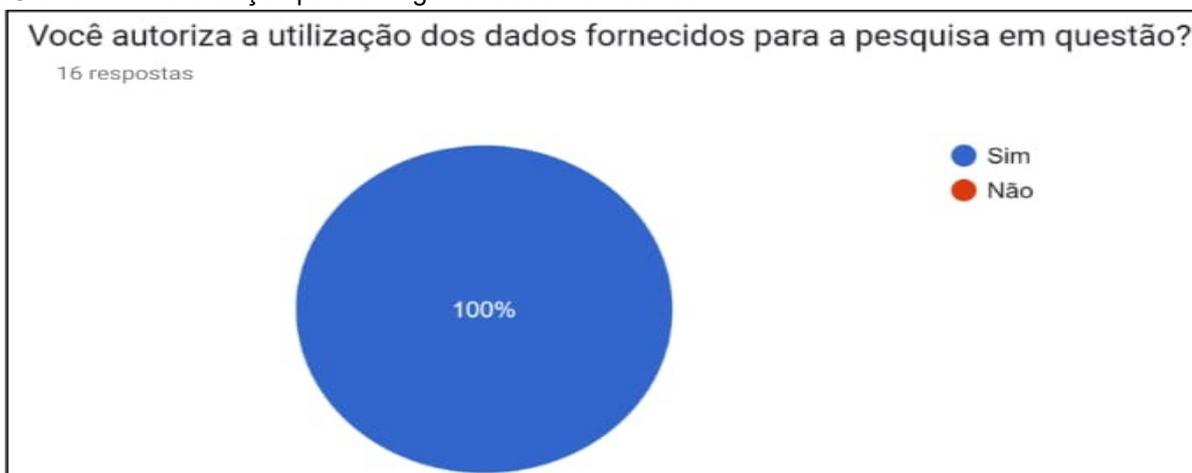
As perguntas do questionário podem ser classificadas em perguntas abertas e em perguntas fechadas. De acordo com Chaer, Diniz e Ribeiro “as perguntas abertas são aquelas que permitem liberdade ilimitada de respostas ao informante. Nelas poderá ser utilizada linguagem própria do respondente” (2011, p. 262). Sendo assim, utilizamos na coleta tanto perguntas abertas quanto fechadas, as fechadas de acordo com eles “trarão alternativas específicas para que o informante escolha uma delas” (2011, p. 262), algumas das perguntas são de múltipla escolha ou apenas dicotômicas que os autores informam “que são aquelas que tem apenas duas opções, a exemplo de: sim ou não; favorável ou contrário” (2011, p. 262).

O questionário pode também ter questões dependentes, “dependendo da resposta dada a uma questão, o investigado passará a responder uma ou outra pergunta, havendo perguntas que apenas serão respondidas se uma anterior tiver determinada resposta” (2011, p. 262). Esse instrumento utilizado na pesquisa será fundamental para que se possa realizar o levantamento de dados necessários e dessa forma atingir os objetivos deste trabalho.

Para consolidar essa pesquisa participaram dezesseis estudantes que geraram dezesseis questionários para a compreensão dos nossos objetivos de pesquisa. Todos os participantes autorizaram a utilização dos dados fornecidos, conforme o gráfico 1.

Sendo assim, obtivemos a permissão de todos os participantes da pesquisa para divulgarmos as suas respostas.

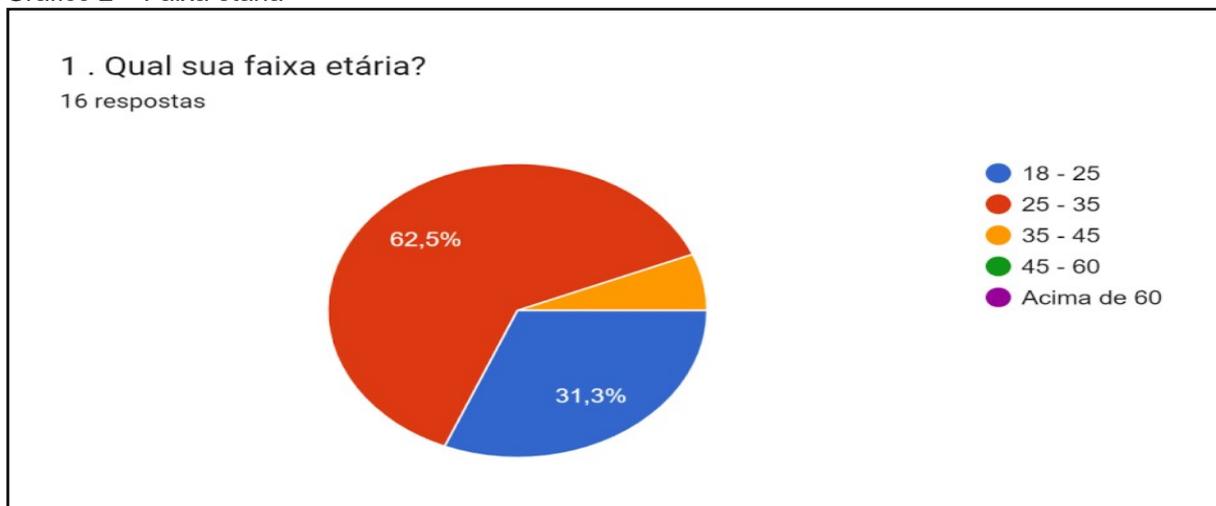
Gráfico 1 – Autorização para divulgar os dados fornecidos



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Os participantes tinham entre dezoito e sessenta anos, desses, cinco tinham entre dezoito e vinte anos. Dez tinham entre vinte e cinco e trinta e cinco anos. E um participante tinha entre quarenta e cinco e sessenta anos. Como mostra o gráfico 2, a seguir.

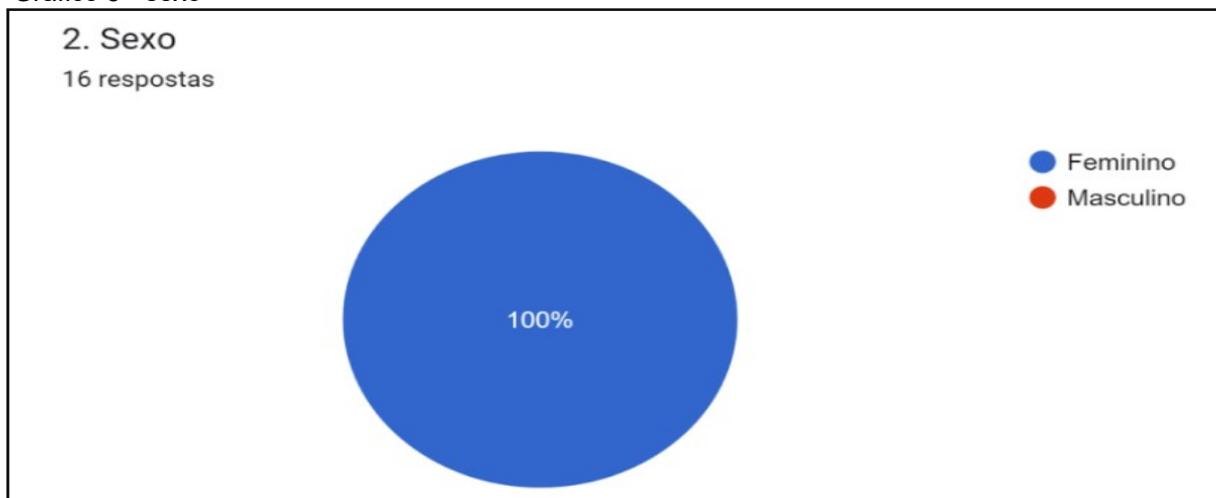
Gráfico 2 – Faixa etária



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Apesar do questionário ter sido compartilhado e ser enviado para as turmas de pedagogia, obtivemos respostas apenas do grupo feminino, através do gráfico 3, pode-se verificar como o grupo feminino ainda é predominante no curso e, possivelmente, na atuação nas escolas com os estudantes com deficiência. Também são as mulheres que atualmente ocupam majoritariamente os cargos de estágios e de professora das séries iniciais da educação básica.

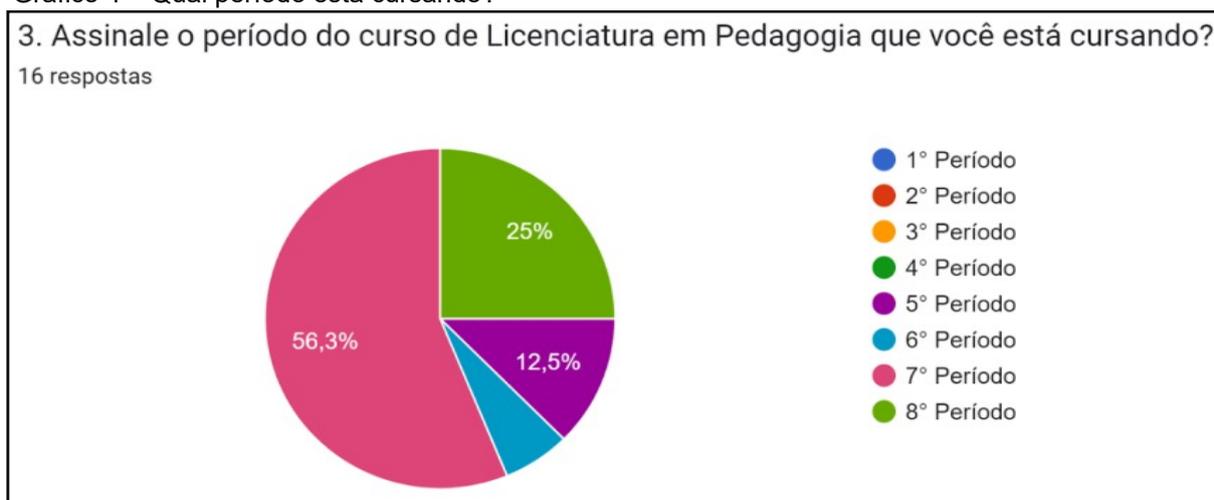
Gráfico 3 - sexo



Fonte: elaborado pela autora (2023).

No questionário também pudemos identificar qual período as participantes estavam cursando, conforme mostra o gráfico 4. Do 5º período tivemos duas estudantes, representando 12,5%. Do 6º período apenas uma estudante, representando 6,3%. Do 7º período nove estudantes, representando assim 53,3%, sendo a grande maioria. E por fim, do 8º período em que quatro estudantes responderam ao questionário, representando 25% das respostas.

Gráfico 4 – Qual período está cursando?



Fonte: elaborado pela autora (2023).

## 2.2 Metodologia de Análise

Como metodologia de análise de dados foi utilizada a Análise de Conteúdo que, conforme Bardin, é “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (2011, p. 15). Souza e Santos (2020), esclarecem que a Análise de Conteúdo contribui para que a descrição e interpretação do conteúdo de pesquisa, submetidas a um processo de sistematização e categorização rigorosa dos dados, conduzam o(a) pesquisador(a) a respostas válidas e confiáveis na pesquisa qualitativa.

Ainda de acordo com Bardin, esse tipo de análise se divide em três partes importantes, a pré-análise, essa etapa envolve a organização do material para que se torne aproveitável à pesquisa. A segunda, exploração do material, “esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (p.

131). E a terceira e última parte é o Tratamento dos Resultados Obtidos e Interpretação, trata-se da análise dos resultados. Dessa forma, auxiliando na compreensão do que está por trás dos discursos.

Nesta pesquisa, as etapas da análise de conteúdo foram da seguinte maneira: Na pré-análise realizamos a leitura de cada uma das respostas obtidas através do questionário, e de acordo com Campos,

após selecionado o corpus a ser analisado procede-se às leituras flutuantes de todo o material, com o intuito de apreender e organizar de forma não estruturada aspectos importantes para as próximas fases da análise. Na leitura flutuante toma-se contato com os documentos a serem analisados (2004, p. 613).

É necessário, de acordo com o autor, realizar muitas leituras de todo o material coletado, a princípio sem compromisso, sem sistematizar os dados, mas sim tentando compreender de uma forma global as ideias principais e os seus significados gerais. Pois assim, promoverá uma melhor assimilação do material e elaborações mentais que forneceram indícios iniciais no caminho a uma apresentação mais sistematizada dos dados (CAMPOS, 2004, p. 613).

Para Campos, na segunda parte, a exploração do material, é uma das mais básicas e importantes decisões para o pesquisador, pois é o momento que se fará a seleção das unidades de análise. O autor também ressalta que “neste constante ir e vir entre os objetivos do trabalho, teorias e intuições do pesquisador emergem as unidades de análise que futuramente são categorizadas” (2004, p. 613) na próxima etapa.

Na terceira e última parte da pesquisa realizamos a análise de dados. Campos aponta que a categorização, pode ser apriorística ou não apriorística. A apriorística já possui, segundo experiência prévia ou interesses, categorias predefinidas. Já a não apriorística, “emergem totalmente do contexto das respostas dos sujeitos da pesquisa, o que inicialmente exige do pesquisador um intenso ir e vir ao material analisado e teorias embasadoras, além de não perder de vista o atendimento aos objetivos da pesquisa” (CAMPOS, 2004, p. 613). Diante dessa elucidação, categorizamos os nossos dados em três categorias não apriorísticas que serão abordadas na próxima sessão.

## CAPÍTULO III - ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, iremos apresentar a análise dos dados coletados, bem como será feita uma breve contextualização das respostas dos questionários realizados. Para assim atingirmos o objetivo de compreender como os estudantes de pedagogia estão atuando no apoio às crianças com deficiência.

### 3.1 Ações Realizadas Com Crianças NEE – Necessidades Especiais Educacionais

A primeira parte do questionário tinha como objetivo identificar as funções que as estagiárias realizavam como AEE, bem como identificar as orientações iniciais que as estagiárias recebiam para desempenhar tais funções. No quadro 4, estão descritas as ações realizadas pelas estagiárias no período em que atuaram na educação especial, como indicado, estas estão identificadas com nomes fictícios.

Quadro 4 - ações realizadas pelos estagiários

|              |   |
|--------------|---|
| Cláudia      | Apoio pedagógico com um aluno autista- atividades pedagógicas, atividades de socialização, atividades práticas cotidianas.  |
| Everlaine    | Acompanhava o aluno em sala de aula, auxiliando nas atividades propostas pela professora ou pela psicopedagoga.   |
| Nayani       | Desde fevereiro do ano passado (2021) trabalho como AP (Acompanhante Pedagógica) no setor de AEE. Iniciei acompanhando um adolescente de 14 anos no 6º Ano (autista), depois de 1 ano (de fevereiro deste ano (2022) até o final de Abril) passei a acompanhar uma adolescente de 17 anos no 8º Ano (Síndrome do Cromossomo 15 - afeta o físico e o intelecto) ela tem um retardo mental avançado. Atualmente (2022), (do final de abril em diante) estou acompanhando um garotinho de 6 anos no 1º Ano. Minhas atividades são de acompanhamento e observação do comportamento (individual e social) e das demandas pedagógicas. Faço o intermédio entre professor(a) e aluno(a), analiso a aula e as atividades propostas e acompanho em avaliações. |
| Laryssa      | Atendimento e acolhimento do estudante, auxiliando na alimentação, higienização, nas atividades em sala de aula e fora dela   |
| Jéssika      | Fiquei com criança com deficiência no ensino fundamental e infantil, no infantil o menino era surdo e parece que tinha outras deficiências.   |
| Jhennyfer    | Acompanhar pedagogicamente estudantes com deficiência, realizando as atividades propostas pela professora de forma adaptada com eles.   |
| Rafaela      | Elaborar e organizar atividades específicas, auxiliar na socialização e execução das atividades.  |
| Milena       | Apoio na realização das atividades, acompanhar no horário de lanche, recreio etc.   |
| Luzyara      | Acompanhava uma criança com necessidades especiais, auxiliando em atividades pedagógicas e momentos diários da rotina da escola (lanche, recreio, etc)  |
| Mariana      | Apoio com crianças autistas e com síndrome do zika vírus. Auxílio nas atividades, adaptação de atividades, alimentação e cuidados de higiene.   |
| Ana Carolina | Acompanhava estudantes com deficiência, auxiliando a professor na adaptação   |

|         |   |
|---------|---|
|         | de atividades e aplicando com eles.   |
| Beatriz | Auxiliava a professora pedagogicamente e, dependendo da faixa etária, se não houvesse auxiliar, eu mesma cuidava da higiene (troca de fralda e banho) e também se não houvesse nenhum A.T. com a criança, eu fazia essa função de acompanhá-la. |
| Roberta | Auxiliava aluno com hiperatividade a realizar atividades dentro e fora de sala de aula (recreação), o aluno era do 2º ano do ensino fundamental.  |
| Ariany  | Realizava atividade lúdica, tarefa indicadas para idade das crianças, alfabeto.   |

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Obtivemos quatorze respostas referentes a essa pergunta, duas participantes não responderam. Das respostas, as que mais se repetem são as de cuidados com a higienização e alimentação dos alunos. A estagiária Beatriz, por exemplo, realizava troca de fralda e banho quando a AT (Acompanhante Terapêutica), não estava presente. Como apontado, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, informa que o profissional de apoio escolar é a “pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária” (BRASIL, 2015), e o estagiário acaba se tornando esse profissional, mesmo não tendo formação sólida a respeito.

De acordo com o MEC, para atuar na educação especial, é necessário o profissional

ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2008).

Todavia, vemos em salas de aula estudantes de ensino médio sem nenhuma formação e conhecimento a respeito da educação especial atuando na área, como podemos ver em uma das respostas de Jhennyfer,

Eu tinha acabado de entrar na faculdade de pedagogia, todos os alunos que acompanhei com certeza apresentariam resultados mais positivos se fossem acompanhados por profissionais da educação inclusiva, mas infelizmente, não é uma área valorizada. Tanto é que as prefeituras colocam absolutamente qualquer pessoa que se disponibilizarem ao cargo, para atuar nele.

A participante Ana Carolina também corrobora com a fala de Jhennyfer quando diz,

Na verdade mais que verdadeira, quem deveria assumir os cargos de educação inclusiva em escolas públicas eram pessoas com pós-graduação, mas por não ser um interesse dos governantes pernambucanos e a demanda para isso ser muito alta absolutamente qualquer pessoa pode fazer parte disso.

Desses estudantes de ensino médio, não são todos que chegam a cumprir o tempo de contrato, realizando assim a quebra de contrato, deixando o aluno desacompanhado até que contratem um estagiário novamente. Enquanto não ocorre essa nova contratação algumas mães infelizmente deixam de levar a criança para a escola, para que o aluno não fique desacompanhado em sala de aula.

Dentre os alunos que as estagiárias acompanhavam, tinha alunos com TEA- Transtorno do espectro Autista, que de acordo com Cunha (2012), o autismo possui diferentes níveis de suporte e está relacionado com outros sintomas que começam na infância, porém tendo o diagnóstico precoce, juntamente com o tratamento especializado e a educação adequada possibilitam a criança mais independência, além de melhorar a qualidade de vida deles.

Alunos com TDAH, que tem como características básicas a desatenção, a agitação e a impulsividade. Maia e Confortin (2015), relatam que “muitas vezes, os educadores se deparam com estudantes que possuem hiperatividade e não sabem lidar com eles em sala de aula, fazendo um pré-julgamento e confundindo seu TDAH com mau comportamento”.

Nas respostas também teve aluno com Zika vírus - Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZv). Os autores Avelino e Ferraz esclarecem que sua descoberta, no Brasil, ocorreu no início de 2015, com os primeiros registros de casos de infecção em seres humanos na região Nordeste. Eles ainda comentam que “atenção e investimentos destinados às formações, às estruturas arquitetônicas, ao planejamento pedagógico incluído e à aquisição de mobiliário e materiais adaptados são necessários, além da união entre a área da saúde e da educação” (2021, p. 264), para que se possa atender às necessidades do aluno.

Aluno com Cromossomo 15, que de acordo com Garrot, essa Síndrome é causada por uma alteração no cromossomo 15 que pode ter diferentes causas genéticas, e foi clinicamente descrita em 1956 por Prader. Afeta meninos e meninas em um complexo quadro de sintomas, durante toda a vida, conhecida também como

Síndrome de Prader-Willi. “A vida acadêmica das pessoas com esta síndrome é complexa em função das suas características cognitivas, físicas e comportamentais” (GARROT, 2017, p. 1). Diante disso, o conhecimento das condições do estudante e a gestão adequada das variáveis ambientais são decisivos na busca da inclusão e do desenvolvimento desses alunos.

E também aluno Surdo, que de acordo com Guarinello et al. (2006), a inclusão de surdos no ensino regular significa mais do que apenas criar vagas e proporcionar recursos materiais, “é necessário que a escola e a sociedade sejam inclusivas, assegurando igualdade de oportunidades a todos os alunos e contando com professores capacitados e comprometidos com a educação de todos” (p. 317). Diante disso, o Ministério Público Federal (2008, pág. 8), esclarece que,

O atendimento educacional especializado deve estar disponível em todos os níveis de ensino escolar, de preferência nas escolas comuns da rede regular. Este é o ambiente escolar mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com seus pares de mesma idade cronológica e para a estimulação de todo o tipo de interação que possa beneficiar seu desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo.

Percebe-se nas respostas das participantes que cada aluno tem suas particularidades e diferentes idades, conforme a fala de Nayani,

Iniciei acompanhando um adolescente de 14 anos no 6º Ano (autista), depois de 1 ano (de fevereiro deste ano (2022) até o final de Abril), passei a acompanhar uma adolescente de 17 anos no 8º Ano (Síndrome do Cromossomo 15 - afeta o físico e o intelecto) ela tem um retardo mental avançado. Atualmente (2022), (do final de abril em diante) estou acompanhando um garotinho de 6 anos no 1º Ano.

Isso mostra que é um público muito diverso que um estagiário não consegue contemplar. Tendo em vista que, cada aluno tem seu tempo e modo de assimilar e compreender as coisas. Pois não é sempre que a mesma metodologia servirá para todos. Logo é necessário pensar em estratégias próprias a cada situação conforme a necessidade de cada um. Torna-se muito importante conhecer cada um dos alunos em particular, sua história, seus interesses e necessidades, e a partir daí poder avaliar suas capacidades de aprendizagem.

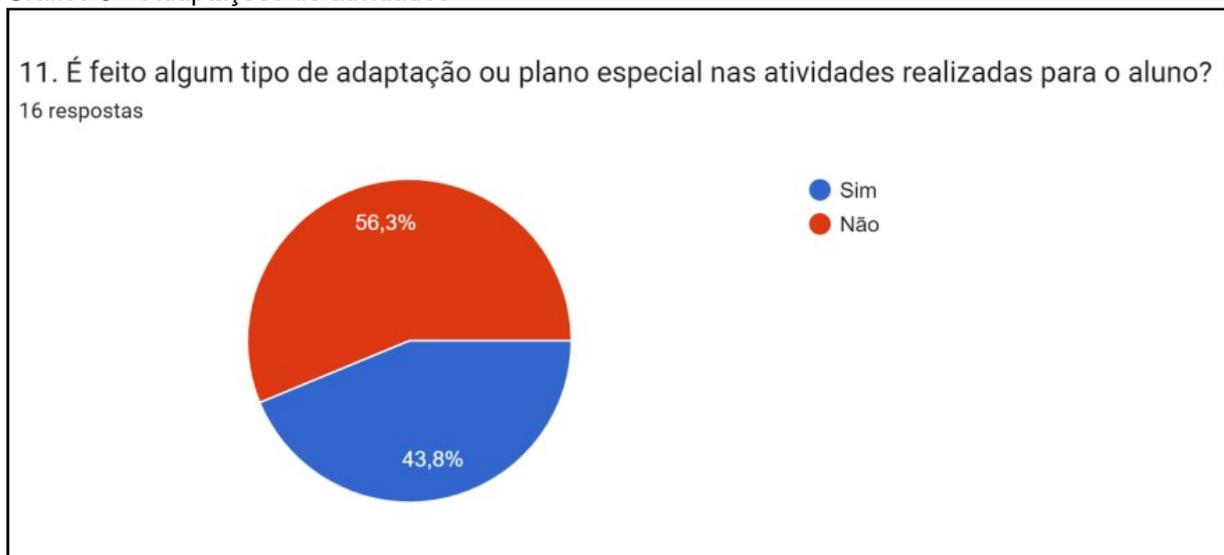
Assim como comenta Cláudia, “apesar dos estudos e capacitações, cada aluno é diferente e tem suas especialidades. Acredito que as fases iniciais são as mais desafiadoras, pois esse período de conhecer o aluno, requer muita cautela”. Diante

desses fatos é crucial o esforço e ajuda de toda a equipe escolar, principalmente do(a) professor(a), para que assim o estagiário possa contribuir no aprendizado dessas crianças.

Como citado, além de atuarem com múltiplas deficiências com estudantes de diferentes faixas etárias, poucas orientações para o trabalho, no sentido de adaptações educacionais, planos de ensino adaptados e organização da gestão escolar para o bom desenvolvimento do trabalho das estagiárias era escasso.

Pudemos verificar através do questionário se era feito algum tipo de adaptação ou plano especial nas atividades realizadas para o aluno. Das respostas, 56,3% equivalente a 9 participantes, informaram que não era realizado adaptação das atividades. E 43,8% o total de 7 participantes, afirmaram que eram realizadas atividades adaptadas para o aluno. A falta de implementação de adaptações curriculares, é um fator preocupante para garantia da efetivação do ensino e aprendizagem desses estudantes.

Gráfico 5 – Adaptações de atividades



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Como podemos observar nas respostas a seguir de Jéssika, quando fala que a “Falta de materiais educativos, já que não tem nem pra os alunos “normais””, é a maior dificuldade enquanto estagiária. Ela ainda diz que não se sentia bem na escola “porque não achava que tinha materiais concretos, eram muito insuficientes para as crianças”. Podemos ver o interesse da estagiária em querer ajudar a

criança, porém sem materiais adaptados e sem as adaptações necessárias dificultava o processo. Podemos verificar essa falta de adaptações também na fala de Milena quando ela diz que sentia muita dificuldade em seu estágio, pois, além de não ter a ajuda da professora da turma existia essa carência de material adaptados para a realização das atividades com o aluno.

Contudo, Vioto e Vitaliano (2013, p. 4), ressaltam que “a professora deve adquirir conhecimento sobre como conhecer as características individuais (habilidades, necessidades, interesses, experiências, etc.) de cada um dos estudantes, a fim de poder planejar aulas que levem em conta tais informações” (*apud* Ferreira, 2006, p. 231). Outro ponto a ser considerado a respeito das adaptações das atividades, é o que diz a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 em seu Art. 28. que incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

III – projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia.

Os desafios são enormes, porém com o empenho de cada um, os resultados alcançados serão mais significativos, tanto para os professores e estagiários quanto para os alunos. Como descrito por Sampaio e Sampaio (2009, p. 46), “para construir um sistema educacional inclusivo, é fundamental que todos os que dirigem e atuam no sistema de ensino, bem como os pais e a comunidade na qual se encontra cada unidade escolar, sejam sensibilizados e preparados para estas mudanças”.

### **3.2 Formação Continuada**

Para compreender se as estagiárias participavam de formação continuada para atuar com os estudantes com deficiência, fizemos perguntas como: se realizou alguma formação para ocupar o cargo de AEE e se a resposta fosse afirmativa nos informasse qual a formação realizada.

Inicialmente, buscamos compreender se tiveram alguma formação inicial para começar suas funções. Cerca de 87,5%, um total de treze participantes, informaram

que não receberam nenhuma formação para começar a atuar com a criança com deficiência. E apenas três afirmaram ter participado em algum momento de uma formação oferecida pela escola, como descrito no gráfico 6. De acordo com Jhennyfer, que realizou a formação, obtivemos a seguinte resposta: “atuei na prefeitura de Jaboaão e tive algumas formações, mas nada muito significativo. Pareciam não estar muito preocupados, só cumprindo com a agenda”.

Gráfico 6 - Formação Continuada



Fonte: elaborado pela Autora (2023).

Percebe-se o quanto os estagiários necessitam do apoio das redes, da escola e das professoras regentes para que, de fato, possam contribuir para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais especiais. Os dados dessa investigação sugerem que pouco se investe nesse acompanhamento e isto pode estar relacionado diretamente ao baixo rendimento de estudantes com deficiência e dificuldade de permanência destes nas escolas.

O autor Júnior (et al, INEP, 2016)

O Censo Escolar (INEP, 2016) dá conta de que apenas 4,9% dos professores da Educação Básica têm formação em Educação Especial e dos que atuam diretamente no AEE, apenas 42,1% têm formação específica. Esses dados tornam-se mais preocupantes quando sabemos que pouco mais de 30% dos alunos que compõem o público da Educação Especial recebem Atendimento Educacional Especializado.

Assim como afirma a estagiária Nayani, quando fala que na escola onde atuava “mesmo com reuniões, conversas, explicações, muitos ainda estão de olhos fechados para as crianças atípicas, o que acaba por fragilizar o trabalho do AEE e a

inclusão plena da criança no processo educacional”. Entretanto, o desenvolvimento do aluno com deficiência deve ser objeto de preocupação constante do professor.

A fim de compreender como se efetivava o trabalho, questionamos sobre as atividades de formação continuada que as estagiárias participavam. Como caracterizado no gráfico 7, dez participantes afirmaram que ao iniciar seu estágio não receberam orientação adequada para lidar com o aluno com necessidades educacionais especiais da escola para o bom desenvolvimento em seu estágio, representando 62,5%. E apenas seis alegaram que foram orientadas a como proceder no seu estágio, representando 37,5%.

Gráfico 7 – Orientação da escola



Fonte:elaborado pela autora (2023).

Todavia, de acordo com a LEI Nº 15.533, de 23 de junho de 2015, lei essa que aprovou o Plano Estadual de Educação – PEE, em Pernambuco, com vigência de (10) dez anos, tendo estabelecido 20 metas e uma dessas metas tem como estratégia “Intensificar a formação continuada para os profissionais da educação da sala regular e atendimento educacional especializado, oportunizando novas possibilidades e práticas de atuação na perspectiva da educação inclusiva” (PERNAMBUCO, 2015).

Ao realizar uma sondagem no site da prefeitura do Recife para verificar se estariam ofertando alguma formação neste ano de 2023 para os professores e demais funcionários da rede de ensino, foi constatado que há uma escola de formação, a Escola de Formação de educadores do Recife Professor Paulo Freire

que foi criada a partir do Decreto Nº. 28.480 de 24 de dezembro de 2014, com o objetivo de promover ações de formação continuada aos profissionais da educação da rede Municipal.

Nesta escola, as formações estão estruturadas em 04 (quatro) eixos que são a Formação de Entrada; Formação Continuada ou Permanente; Formação Integrativa e a Formação Complementar. Porém, a respeito do tema de educação especial, apenas uma formação foi encontrada. Formação essa que era destinada apenas para os AADEEs - Agente de Apoio ao Desenvolvimento Educacional Especializado, que ocorreu em 26 de julho de 2023, onde o tema central era a afetividade. E que conforme Rêgo trata-se de um “personagem novo na rede pública de ensino da cidade do Recife” (2018, p.8). Também disponibilizaram no site os materiais de estudo (textos), para a formação. No site ainda encontramos informações sobre o cargo de AADEE,

O cargo de AADEE foi criado para garantir todo o apoio necessário aos alunos com deficiência. Os profissionais vão acompanhar alunos com deficiência na chegada e na saída da escola, durante as aulas e nos intervalos. Eles também auxiliarão os alunos a se locomover e executar as atividades escolares. Os agentes ainda vão auxiliar nas atividades de higiene, troca de roupa e fraldas, além de zelar pela manutenção dos materiais utilizados para alimentação e higiene dos alunos.

O Decreto nº 36.309 de 30 de janeiro de 2023, institui a Política Pública de Educação Especial Inclusiva para os estudantes da Rede Municipal de Ensino do Recife. Em seu Art. 1º informa que fica instituída,

a Política Pública de Educação Especial Inclusiva para os estudantes da Rede Municipal de Ensino do Recife, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de assegurar o acesso, a permanência, a participação plena e a aprendizagem de crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiência, transtorno do espectro autista - TEA, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade – TDAH, transtornos de aprendizagem e altas habilidades/superdotação (RECIFE, 2023).

Entre os objetivos desse decreto está o de prover condições de acesso, permanência, qualidade, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes e o de fomentar o desenvolvimento de recursos pedagógicos, didáticos e

tecnológicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem (RECIFE, 2023).

Vioto e Vitaliano (2013), comentam ainda que “a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva (Brasil, 2008, p. 13) apresenta dados estatísticos evidenciando que o número de alunos com NEE matriculados nas escolas do ensino regular ampliou sensivelmente nos últimos anos”. Por esse aumento é mais que necessário que se intensifique as formações dos professores. Bem como afirma as mesmas autoras (*apud* Windy B. Ferreira, 2006),

Faz-se urgente ampla discussão sobre a formação inicial dos professores, sob a égide da educação inclusiva, a fim de se diminuir o abismo entre os seus propósitos e a sua efetivação, visto que sem o engajamento do professor não há como efetivar, de maneira qualitativa, essa nova filosofia.

Ainda sobre o acompanhamento sistemático durante o estágio, quando questionadas sobre se a escola possui estrutura para receber os alunos com NEE, 43,8% das estagiárias, 7 participantes, informaram que não e 56,3%, 9 participantes, afirmaram que as escolas possuem estrutura para receber as crianças com NEE, gráfico 8.

Gráfico 8 - A escola tem estrutura física para receber os alunos NEE?



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Todavia, é de extrema importância que todas as escolas se adaptem, visando possibilitar a inclusão de todos e garantir a qualidade de ensino para as crianças. Podemos ver que muitas escolas ainda estão repletas de ações tradicionais

naturalizadas antes da perspectiva inclusiva. De acordo com Sampaio e Sampaio, (2009 *apud* BUENO, 2001, p.42), é “necessário promover uma avaliação das reais condições dos sistemas de ensino, a fim de que a inclusão ocorra de forma gradativa, contínua, sistemática e planejada”.

As escolas regulares ainda carecem de uma estrutura adequada para promover a real inclusão de crianças com deficiência. Assim como há a necessidade de mais profissionais da área, pois com o aumento do número de alunos com deficiência nas redes ano após ano, a quantidade de profissionais não está sendo suficiente. Além de garantir um ensino de qualidade, com profissionais capacitados, é importante que todo o corpo docente tenha a capacitação necessária, entendendo de forma clara qual é a deficiência do aluno e quais são suas limitações para que consigam mediar o ensino e aprendizado de forma efetiva, que o aluno com deficiência seja acolhido e se sinta seguro na escola. E que as adaptações na estrutura física sejam feitas para que ocorra uma construção de um sistema educacional inclusivo.

A lei garante que o aluno com deficiência possa conviver em escolas inclusivas e tenham atendimentos em sala de recursos totalmente multifuncional, que oferece às crianças com necessidades educacionais especiais condições razoáveis de ensino e aprendizagem. De acordo com o MEC, as Salas de Recursos Multifuncionais tem como objetivo,

Apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem.

O decreto nº 6571, de 17 de setembro de 2008 aborda que as salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado. E que haja

a produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade incluem livros didáticos e paradidáticos em braile, áudio e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, laptops com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo.

Porém, na prática a realidade é bem diferente, pois ainda há escolas que não possui essa sala para a efetivação de integralização do educando no processo de ensino e aprendizagem no contexto escolar. E muitas ainda não se preocupam em oferecer as condições necessárias para que seja estruturado um trabalho que possibilite o pleno desenvolvimento do potencial de aprendizagem do aluno com deficiência.

No quadro 5, descreve as dificuldades apontadas pelas estagiárias, demonstrando a complexidade que circundam o dia a dia delas com os alunos. Elas pontuam um aspecto muito importante que é a falta de cooperação dos demais funcionários da equipe escolar e a falta de recursos. Dentro dessa perspectiva, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, afirma em seu Art. 28, que haja uma “elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva” (BRASIL, 2015). Duas participantes não responderam a essa pergunta.

Quadro 5 - Quais são as maiores dificuldades que você enfrenta/enfrentou no seu estágio?

|           |   |
|-----------|---|
| Cláudia   | Compreender as especificidades do meu aluno.  |
| Everlaine | A maior dificuldade é não ter ajuda dos profissionais para fazer um acompanhamento digno, desenvolvendo as habilidades do aluno. As atividades propostas não são adaptadas, então o aluno perde o interesse. E quando o aluno quer participar do que os outros alunos estão fazendo, porém, por não saber, fica excluído. É uma falsa inclusão.   |
| Nayani    | A falta de cooperação do corpo docente. A professora do AEE da escola na qual trabalho é incrível, ela faz de tudo pelas crianças. Mas, infelizmente, é perceptível que a luta dela não é a dos docentes. Mesmo com reuniões, conversas, explicações, muitos ainda estão de olhos fechados para as crianças atípicas, o que acaba por fragilizar o trabalho do AEE e a inclusão plena da criança no processo educacional.   |
| Laryssa   | Falta de orientação dos profissionais da escola, como exemplo, a psicóloga. Muitas vezes há um olhar avaliador, mas nunca houve uma conversa de como "acompanhar" esse aluno. O estagiário é "jogado" na sala com esse aluno que vai acompanhar e precisa se virar  |
| Jéssika   | Nesse que fiz com essa criança era o fato de eu não me sentir bem na escola, porque não achava que tinha materiais concretos, eram muito insuficientes para as crianças.  |
| Jhennyfer | Eu tinha acabado de entrar na faculdade de pedagogia, todos os alunos que acompanhei com certeza apresentariam resultados mais positivos se fossem acompanhados por profissionais da educação inclusiva, mas infelizmente, não é uma área valorizada. Tanto é que as prefeituras colocam absolutamente qualquer pessoa que se disponibilizarem ao cargo, para atuar nele. Enfim, no meu caso, minha maior dificuldade foi não saber como trabalhar com a especificidade dos estudantes, muitos também tinham questões psicológicas, de não acreditarem em si, se subestimaram e depreciaram... Então tive que acolher tanto pedagogicamente quanto psicologicamente dado que as escolas que atuei não tinham sala de recursos e nem psicopedagogos. |
| Rafaela   | Falta de experiência e recursos disponíveis.  |

|              |  |
|--------------|--|
| Milena       | Não ter a ajuda da professora da turma, falta de material adaptados para a realização das atividades etc.  |
| Luziara      | Falta de estrutura, falta de formação, entre outros.   |
| Mariana      | Aprender a importância do cuidado, as diferenças de cada um.   |
| Ana Carolina | Quando comecei a atuar na educação inclusiva estava nos primeiros períodos de pedagogia. Mal tinha qualquer noção sobre o assunto e assumo que cai de paraquedas, então minha maior dificuldade foi ter que aprender uma forma de ensinar que fosse mais adequada para a necessidade do estudante. A internet me ajudou muito nesse sentido mais foi necessárias muitas pesquisas inclusive para ajudar a retomar a auto-estima dos estudantes com deficiência |
| Beatriz      | Não haver nenhuma formação   |
| Roberta      | Saber como lidar com os sentimentos de raiva da criança, que muitas vezes de expressava me agredindo.  |
| Ariany       | Todo dia é um aprendizado, então a dificuldade existirá, mas é aos poucos superada com a ajuda dos próprios alunos.  |

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Diante dessas afirmações Ricardo e Delgado utiliza-se da seguinte argumentação,

O estágio é verdadeiramente uma preparação para os futuros professores ou está sendo uma forma de atender a "demanda", uma obrigação que o Estado tem a cumprir e por não contar com um contingente de profissionais capacitados, delegam aos estagiários a responsabilidade de acompanhar os alunos com necessidades especiais? (p. 71, 2018).

Pudemos observar através das respostas que as estagiárias tendo a função de auxiliar o aluno com deficiência, deveriam dispor de meios técnicos e didáticos para atuar de forma eficiente. No entanto, a inexistência de uma formação continuada, simplesmente dificulta o auxílio. Elas revelam sobre a desorientação, de angústia em relação a não saberem como ensiná-las e a impotência no convívio com o espaço escolar, sendo a principal dificuldade é a de não saber como lidar ou mesmo avaliar o progresso do aluno que iria acompanhar todos os dias.

### 3.3 Aprendizagem na pedagogia para a área de educação inclusiva.

Por último, objetivamos compreender como as estagiárias mobilizavam os aprendizados do curso em prol do ensino e aprendizagem das crianças com deficiência. A importância da formação é um ponto em comum ressaltado por todas, como vemos no quadro 6. Referente a essa questão, apenas a participante Emillayne não respondeu à pergunta.

Quadro 6: Qual a maior dificuldade enquanto estagiário ao atuar na área de educação inclusiva?

|         |  |
|---------|--|
| Cláudia | Apesar dos estudos e capacitações, cada aluno é diferente e tem suas especialidades. Acredito que as fases iniciais são as mais desafiadoras, pois |
|---------|--|

|              |   |
|--------------|---|
|              | esse período de conhecer o aluno, requer muita cautela. Pré-suponho que a presença do psicólogo (ou algum outro profissional da área) mais junto nessa fase inicial, pode ajudar neste período de adaptação.  |
| Everlaine    | A falta de preparo ou capacitação para o estagiário atuar na área, também a ausência de interesse dos profissionais para propor atividades inclusivas.  |
| Nayani       | Acredito que a maior dificuldade é a de não ter uma formação na área. No curso de Pedagogia temos uma cadeira que trabalha a Educação Inclusiva, mas a carga horária não contempla a amplitude do universo da Educação Inclusiva. Então acabamos ficando sem rumo ao nos depararmos com situações da demanda da Educação Inclusiva nas escolas. |
| Laryssa      | Não preparação na área, falta de orientação da escola. E muito do que se ver na teoria não é posta em prática, é você fica nesse limbo entre o que é certo ou não fazer, o que pode ou não fazer.   |
| Bruna        | A falta de preparo  |
| Jéssika      | Falta de materiais educativos, já que não tem nem pra os alunos "normais".  |
| Jhennyfer    | Os profissionais de AEE infelizmente não são valorizados como deveriam, logo, no caso de atendimento aos estudantes, poucos profissionais com formação se candidatam aos cargos dados que aqui em PE costuma equivaler à quase um salário mínimo.   |
| Rafaela      | A falta de experiência.   |
| Milena       | Não saber como trabalhar com a criança por falta de informação.   |
| Luziara      | Falta de preparo e formação, muitas vezes me sentia mal por não ser capaz de ajudá-lo ainda mais.   |
| Mariana      | Se adaptar a rotina do aluno.   |
| Ana Carolina | A falta de formação. Na verdadeira mais que verdadeira quem deveria assumir os cargos de educação inclusiva em escolas públicas eram pessoas com pós-graduação, mas por não ser um interesse dos governantes pernambucanos e a demanda para isso ser muito alta, absolutamente qualquer pessoa pode fazer parte disso.                          |
| Beatriz      | Não saber como me direcionar a crianças, o quanto eu devia estimulá-las e o quando eu devia deixar quieto   |
| Roberta      | Acredito que seja a falta de formação, mesmo que durante a graduação seja bastante discutido e tenha disciplinas que são focadas em transtornos que refletem na Aprendizagem de alguma forma, quando vamos a campo a experiência é muito diferente.   |
| Ariany       | Conseguir de fato que uma criança especial faça as atividades em sala de aula.  |

Fonte: elaborado pela autora (2023).

A prática constitui um importante recurso metodológico no processo de ensino e aprendizagem, aliando-se à teoria possibilita que o estudante de pedagogia desenvolva habilidades e competências específicas para o desenvolvimento profissional. Porém, diante das respostas das participantes vemos que mesmo tendo disciplinas no curso que trate da educação especial, uma grande parte está encontrando bastante dificuldade em articular toda a teoria com a prática. Sob essa visão, Ferrari et al, citando Pereira et al, (2004),

comentam que o mercado de trabalho cria uma falta de continuidade nos cursos ofertados e, na maioria das vezes, a natureza dos cursos é apenas teórica. Mesmo que os professores consigam discorrer muito bem sobre o tema, trata-se de uma habilidade diferente de manejar na prática, ou seja, o que se está aprimorando é um repertório de falar e discutir sobre um assunto e não necessariamente um repertório de fazer. E isso não implica que o comportamento do professor se modifique, pois trata-se de

comportamentos com controles distintos. Neste sentido, há a necessidade de se pensar em formações que enfoquem a habilidade de lidar com os desafios práticos aos quais o professor está exposto.

Dentro dessa perspectiva, Roberta comenta que “mesmo durante a graduação seja bastante discutido e tenha disciplinas que são focadas em transtornos que refletem na Aprendizagem de alguma forma, quando vamos a campo a experiência é muito diferente”. É através do estágio que os licenciandos têm a oportunidade de vivenciar experiências pedagógicas, porém as disciplinas não garantem uma inserção tranquila do estagiário no contexto escolar, como podemos ver na fala da participante Nayani,

no curso de Pedagogia temos uma cadeira que trabalha a Educação Inclusiva, mas a carga horária não contempla a amplitude do universo da Educação Inclusiva. Então acabamos ficando sem rumo ao nos depararmos com situações da demanda da Educação Inclusiva nas escolas.

Como ressaltado por Yamanaka e Gonçalves (2017, p. 29),

nem tudo que se aprende nos cursos de licenciatura corresponde ao que se vivencia nas instituições educativas. Cada profissional apresenta uma trajetória pessoal e de formação diferente e, por meio da experiência adquirida na prática escolar, o futuro professor tem a possibilidade de enfrentar os problemas cotidianos e aprender com a diversidade dos alunos.

Outro ponto a ser considerado e que já foi comentado é em relação a ementa do curso de pedagogia que não contempla a educação inclusiva no primeiro ano do curso, no primeiro semestre por exemplo temos Fundamentos da Arte Educação, Fundamentos das Ciências da Natureza, Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação, Ideologia e Prática Pedagógica entre outras. E nenhuma dessas contempla a educação especial, conforme ressalta a participante Ana Carolina,

Quando comecei a atuar na educação inclusiva estava nos primeiros períodos de pedagogia. Mal tinha qualquer noção sobre o assunto e assumo que cai de paraquedas, então minha maior dificuldade foi ter que aprender uma forma de ensinar que fosse mais adequada para a necessidade do estudante. A internet me ajudou muito nesse sentido mais foi necessárias muitas pesquisas inclusive para ajudar a retomar a auto-estima dos estudantes com deficiência.

Em outras palavras, apesar de está realizando o curso, e por não ter a disciplina de educação especial nos primeiros semestres por ser ofertada apenas no quinto período, as estagiárias tem que realizar pesquisas e buscar meios para que assim possa ajudar e compreender o aluno com deficiência.

As autoras Yamanaka e Gonçalves apontam que por encontrar muitas dificuldades há necessidade de “talvez uma formação que auxilie o desenvolvimento dos conhecimentos adquiridos a partir das necessidades e desafios que o ensino como prática social lhes coloca no cotidiano” (2017, p. 31). Portanto, faz-se necessário que as escolas ofereçam alguma formação na área de educação especial, não só para os professores, mas também para os estagiários, visto que quando iniciam seu estágio como apoio de educação especial não tem cursado nenhuma disciplina que trate do tema ainda.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa, procurou-se investigar sobre a atuação do estagiário de pedagogia como apoio aos estudantes com necessidades educativas especiais nas escolas e identificar quais as principais dificuldades encontradas pelos estudantes de pedagogia na atuação como estagiários de apoio de alunos com deficiência. O interesse pelo tema surgiu da minha experiência enquanto estagiária no curso de Pedagogia, nas turmas dos anos iniciais do ensino fundamental, atuando com alunos com múltiplas deficiências e necessidades.

Os resultados evidenciaram as ações realizadas por dezesseis estagiárias em sala de aula que atuavam como apoio de educação especial. O instrumento que utilizamos para a coleta das informações foi um questionário do *Google Forms* para descrição do estagiário e compreensão de como é desempenhado o seu estágio junto aos alunos com deficiência. Grande parte delas realizava mais ações de cuidados com a higienização e alimentação dos alunos com deficiência. Bem como também foi pontuados por elas a falta de implementação de adaptações curriculares, assim como também a escola não disponibilizava nenhum tipo de recurso para a promoção do ensino e aprendizagem dos estudantes em processo de inclusão para garantir a efetivação do ensino dos mesmos.

Sabemos que a educação especial busca promover a aprendizagem e a participação dos alunos com deficiência, sendo necessário dessa forma que as professoras assumam essa responsabilidade, mesmo que a escola se encontre despreparada, pois algumas das escolas não chegam a ter estruturas para receber e acolher esses alunos, mas mesmo assim tendo que realizar a matrícula deles. As dificuldades eram muitas no que se refere à falta de elaboração de recursos, assim como a falta de apoio e orientações dos demais profissionais dificultavam o trabalho das estagiárias.

Como também identificamos a necessidade de realizações de formações não somente para as professoras da turma, mas também para as estagiárias nas escolas. Entretanto, até as professoras estão sem realizar formações continuadas na área. E uma grande parte das estagiárias não recebeu nenhuma formação para começar a atuar com a criança com deficiência. Pudemos perceber que as estagiárias chegavam nas escolas despreparadas, sem ao menos ter a teoria sobre

a Educação especial, pois na ementa do curso não é oferecido no primeiro ano nenhuma disciplina que trate do tema. A prática não deve acontecer sem respaldo, ou somente acontecer por mero senso comum, do mesmo modo que a teoria também precisa da prática, pois a relação entre teoria e prática é indissociável.

Os desafios na educação especial são enormes, pois começa no momento da formação do professor ao realizar o curso de pedagogia, que não vê muitas disciplinas que trate do tema e segue para as prefeituras que não realizam formações para todos os profissionais das escolas. Porém, com o empenho e esforço de cada um, teremos resultados mais significativos, tanto para os professores e estagiários quanto para os alunos.

## REFERÊNCIAS

AVELINO, Monique Ornellas de Almeida; FERRAZ, Priscila Correia da Silva. Educação Inclusiva: Olhar dos Profissionais Sobre as Crianças Com Síndrome Congênita do Zika Vírus na Gerência Regional de Educação Cajazeiras e Pirajá: um Estudo Transversal. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.27, e 0056, p.251-268, Jan.-Dez., 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/rbee/a/pwcQZx7nyz4FzQVMzyXcCkB/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 17 de ago. de 2023

Agentes de apoio ao estudante com deficiência recebem 1ª formação. Secretária de educação. 03 de maio de 2016. Disponível em: <<https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/03/05/2016/agentes-de-apoio-ao-estudante-com-deficiencia-recebem-1a-formacao>>. Acesso em: 02 de set de 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. -- São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Decreto Nº 5.626**, de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <[https://www.deg.unb.br/images/legislacao/decreto\\_5626\\_2005.pdf](https://www.deg.unb.br/images/legislacao/decreto_5626_2005.pdf)> Acesso em: 23 de set de 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 10 de nov de 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm)>. Acesso em: 21 de mar de 2021.

BRASIL. **Lei Nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)> Acesso em: 11 de julho de 2023.

BRASIL. **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular / Ministério Público Federal: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (organizadores) / 2ª ed. rev. e atualiz.** Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004. Disponível em: <[https://media.campanha.org.br/semanadeacaomundial/2008/materiais/SAM\\_2008\\_cartilha\\_acesso\\_alunos\\_com\\_deficiencia.pdf](https://media.campanha.org.br/semanadeacaomundial/2008/materiais/SAM_2008_cartilha_acesso_alunos_com_deficiencia.pdf)>. Acesso em: 01 de set de 2023.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. **Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/rj/reben/a/wBbjs9fZBDrM3c3x4bDd3rc/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 14 de mar de 2023.

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antônia. **A técnica do questionário na pesquisa educacional**. Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia\\_artigos/pesquisa\\_social.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/pesquisa_social.pdf)> Acesso em: 28 de abr 2022.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. 5. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.  
DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu; MINAYO, Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. - Petrópolis, RJ: VOZES, 1994. ISBN 85.326.1145-1

FERRARI, Isadora Peresi; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ELIAS, Nassim Chamel. **Ensinando professores de sala comum a fazer adaptação curricular**. Psic. da Ed., São Paulo, 49, 2º sem. de 2019, pp. 67-77. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n49/n49a08.pdf>>. Acesso em: 02 de set de 2023.

FILPO, Sara. Qual é a diferença entre Educação Especial e Educação Inclusiva?. *Pedagogia Descomplicada*. Disponível em: < <https://pedagogiadescomplicada.com/diferencas-educacao-especial-e-educacao-inclusiva/>>. Acesso em: 23 de set de 2023.

FREITAS, Ana Paula de; DAINEZ, Débora. Questões contemporâneas sobre a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, V. 4, N.1- p. 79 - 100 – (jan. – abr. de 2018) – DOI: 10.12957/riae.2018.30048. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/download/30043/23556>>. Acesso em: 05 de mar de 2021.

GARROT, Aurora Rustarazo. **A síndrome de prader-willi na educação-boas práticas**. Disponível em: < <https://acessibilidade.paginas.ufsc.br/files/2017/06/Prader-Willi.pdf>> Acesso em: 01 de set de 2023.

GUARINELLO, Ana Cristina. et al. **A inserção do aluno surdo no ensino regular: visão de um grupo de professores do Estado do Paraná. Relato de Pesquisa** . *Rev. bras. educ. espec.* 12 (3), Dez 2006. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbee/a/dB8RVDj7Ygj8RxDcPzzpGrM/>>. Acesso em: 01 de set de 2023.

GONÇALVES, Enicéia Mendes. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**. Medellín, Universidad de Antioquia, Facultad de Educación, vol. 22, núm. 57, p.93-109, mayo-agosto, 2010. Disponível em: <<https://revistas.udea.edu.co/index.php/revistaeyp/article/download/9842/9041/>>. Acesso em: 05 de mar de 2021.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2021**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/inep-divulga-dados-da-1a-etapa-do-censo-escolar-2020#:~:text=Educa%C3%A7%C3%A3o%20especial%20%E2%80%93%20n%C3%BAmero%20de,7%25%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%202016>>. Acesso em: 20 de mar de 2021.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas** / tradução Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. — Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMQ 1999. ISBN 978-85-7307-489-5

LEITE, Lúcia Pereira; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. A educação especial em tempos de educação inclusiva: dos aportes normativos aos aspectos operacionais. *In* DAVID, CM., et al., (orgs). **Desafios contemporâneos da educação** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 85-105. ISBN 978-85-7983-622-0.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. [2° ed.] - [Reimpr.] - Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

MAIA, Maria Inete Rocha; CONFORTIN, Helena. **TDAAH e Aprendizagem: Um Desafio Para a Educação**. *PERSPECTIVA*, Erechim. v. 39, n.148, p. 73-84, dezembro/2015. Disponível em: < [https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/148\\_535.pdf](https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/148_535.pdf)>. Acesso em: 17 de ago. de 2023.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003. ISBN 85-224-3397-6. Disponível em: <[http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy\\_of\\_historia-i/historia-ii/china-e-india/at\\_download/file](http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/at_download/file)>. Acesso em: 02 de nov de 2020.

MARTINS, Jeisa Ariele; RAQUEL, Raquel da; SACHINSKI, Ivanildo. **Educação especial e educação inclusiva: quem são estes sujeitos na sociedade?**. Disponível em: <<https://sppaic.fae.edu/sppaic/article/view/104/108>>. Acesso em: 31 de ago. De 2023.

NOGUEIRA, M.Z.L. **Políticas Públicas Educacionais: Desafios da Inclusão no Ensino Regular**. *Id onLine Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, Janeiro de 2017, vol.10, n.33, Supl 2. p. 139-148. ISSN: 1981-1179.

NUNES, L. R. O. P.; SCHIRMER, C. R., (orgs). **Salas abertas: formação de professores e práticas pedagógicas em comunicação alternativa e ampliada nas salas de recurso multifuncionais** [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017, p. 357. ISBN: 978-85-7511-452-0.

PACCO, Aline Ferreira Rodrigues. **Descrição e análise das atividades de estagiários de educação especial no ensino fundamental I**. Paraná, 2015, p.34225-34241. Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16904\\_8154.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16904_8154.pdf)>. Acesso em: 05 de mar de 2021.

PERNAMBUCO. Plano Estadual de Educação – PEE, **Lei Nº 15.533, de 23 De Junho De 2015**. Disponível em: <<https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=10998&tipo=TEXTTOORIGINAL>> . Acesso em: 10 de julho de 2023.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena - Estágio e docência: diferentes concepções - **Revista Poésis** -Volume 3, n 3 e 4, p.5-24, 2005/2006. Disponível em: <[http://uece.br/eventos/semanadehistoriadafeclesc/anais/trabalhos\\_completos/245-9620-27052016-125450.pdf](http://uece.br/eventos/semanadehistoriadafeclesc/anais/trabalhos_completos/245-9620-27052016-125450.pdf)>. Acesso em 05 de mar de 2021.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade entre teoria e prática? **Cad. Pesq.**, São Paulo, n 94, p. 58-73, ago 1995. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/612.pdf>>. Acesso em: 05 de mar de 2021.

RECIFE. **Decreto nº 36.309 de 30 de janeiro de 2023**. Dispõe sobre a Política Pública de Educação Especial Inclusiva para os estudantes da Rede Municipal de Ensino do Recife. Disponível em:<<https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/decreto/2023/3631/36309/decreto-n-36309-2023-institui-a-politica-publica-de-educacao-especial-inclusiva-para-os-estudantes-da-rede-municipal-de-ensino-do-recife>>. Acesso em: 16 de ago de 2023.

RÊGO, Selmo Vieira. **Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial - AADEE: um profissional da educação sob múltiplos olhares**. 2018. Disponível em: <[https://repository.ufrpe.br/bitstream/123456789/681/3/tcc\\_SELMO%20VIEIRA%20R%c3%8aGO.pdf](https://repository.ufrpe.br/bitstream/123456789/681/3/tcc_SELMO%20VIEIRA%20R%c3%8aGO.pdf)>. Acesso em: 02 de set de 2023.

RICARDO, Ana Lucia dos Santos; DELGADO, Oscar Omar Carrasco. O papel do estagiário na educação especial nas series iniciais do ensino fundamental do município da Serra: Descortinando as práticas. **Revista-espaço-academico-** Volume 05, n10, p. 68-82, 2018. Disponível em: <<https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/06/revista-espaço-academico-v05-n10-artigo-5.pdf>>. Acesso em: 05 de mar de 2021.

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do surgimento da educação especial. **Revista Educação do Ideau - REI**, Volume 5, n 12, p.1-13, Julho - Dezembro 2010 Semestral. Disponível em: <[https://www.passofundo.ideau.com.br/wpcontent/files\\_mf/eca97c3f3c5bda644479e4c6a858f556168\\_1.pdf](https://www.passofundo.ideau.com.br/wpcontent/files_mf/eca97c3f3c5bda644479e4c6a858f556168_1.pdf)>. Acesso em: 05 de mar de 2021

SAMPAIO, CT.; SAMPAIO, SMR. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 162. ISBN 978-85-232-0915-5.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**.

Disponível em:

<[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/TERMINOLOGIA\\_SOBRE\\_DEFICIENCIA\\_NA\\_ERA\\_DA.pdf?1473203540](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/TERMINOLOGIA_SOBRE_DEFICIENCIA_NA_ERA_DA.pdf?1473203540)>. Acesso em: 10 de ago de 2023.

SILVA, Ivana. **Síndrome de Prader Willi**. Disponível em: <<https://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/sindrome-prader-willi.htm>>. Acesso em: 01 de set de 2023.

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. **Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer**. Pesquisa e Debate em Educação, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396 - 1416, jul. - dez. 2020. ISSN 2237-9444. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>.

THIOLLENT, Michel, 1947- **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. **PPC - Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia**. Recife, 2018. Disponível em: <[http://www.lp.ufrpe.br/sites/lp.ufrpe.br/files/Projeto%20Pedag%C3%B3gico%20do%20Curso%20de%20Licenciatura%20em%20Pedagogia\\_0.pdf](http://www.lp.ufrpe.br/sites/lp.ufrpe.br/files/Projeto%20Pedag%C3%B3gico%20do%20Curso%20de%20Licenciatura%20em%20Pedagogia_0.pdf)>. Acesso em: 07 de jul de 2023.

VASCONCELOS, Elvis Lopes; SOARES, Ana Cristina Silva. **Buscando uma Nova Terminologia de Necessidades Educacionais Especiais (Nees) Na Educação Inclusiva: Um Estudo Preliminar**. Disponível em: <[https://editorarealize.com.br/editora/anais/join/2017/TRABALHO\\_EV081\\_MD1\\_SA70\\_ID1607\\_12092017143651.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/join/2017/TRABALHO_EV081_MD1_SA70_ID1607_12092017143651.pdf)>. Acesso em: 16 de ago. de 2023.

VIOTO, Josiane Barbosa; VITALIANO, Celia Regina. Educação inclusiva e formação docente: percepções de formandos em pedagogia. magis, **Revista Internacional de Investigación en Educación**, 2013. p. 353-373.

YAMANAKA, Márcia Aparecida de Camargo; GONÇALVES, Josiane Peres. O professor e sua prática frente às dificuldades de aprendizagem em sala de aula. **Cadernos da Fucamp**, v.16, n.25, p.27-38/2017. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/998/721>. Acesso em: 03 de set de 2023.

## APÊNDICE

### Apêndice A - Roteiro de questionário.

# O Estagiário de Pedagogia nos Processos de Ensino e Aprendizagem como apoio de crianças com deficiência.

O/A senhor/a está sendo convidado (a) a participar do Projeto de pesquisa intitulado "O Estagiário de Pedagogia nos Processos de ensino e Aprendizagem como apoio de crianças com deficiência" de responsabilidade da pesquisadora Cilene Maria da Silva.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr. Michelle Soares

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Todos os dados coletados nesse questionário terão sigilo absoluto e os seus resultados serão apenas utilizados para esta pesquisa.

A sua participação é de extrema importância.

Desde já agradeço!

Você autoriza a utilização dos dados fornecidos para a pesquisa em questão? \*

Sim

Não

1. Qual sua faixa etária? \*

18 - 25

25 - 35

35 - 45

45 - 60

Acima de 60

2. Sexo \*

Feminino

Masculino

3. Assinale o período do curso de Licenciatura em Pedagogia que você está cursando? \*

- 1° Período
- 2° Período
- 3° Período
- 4° Período
- 5° Período
- 6° Período
- 7° Período
- 8° Período

4. Tem experiência em AEE (Atendimento Educacional Especializado)? \*

- Sim
- Não

5. Sente-se preparada(o) para trabalhar na Ed. Especial? \*

- Sim
- Não

6. Realizou alguma formação para ocupar o cargo de AEE? \*

- Sim
- Não

Caso a resposta acima tenha sido sim, qual foi a formação?

Texto de resposta longa

---

7. Quais ações você realiza/realizava em sala de aula enquanto estagiário? \*

Texto de resposta longa

---

8. Realiza alguma ação fora de sala de aula (ações de planejamento, por exemplo)? \*

Sim

Não

9. Recebe alguma orientação da escola para desenvolvimento do seu estágio? \*

Sim

Não

10. A escola possui estrutura física preparada para receber alunos com necessidades especiais? \*

Sim

Não

11. É feito algum tipo de adaptação ou plano especial nas atividades realizadas para o aluno? \*

Sim

Não

12. Qual a maior dificuldade enquanto estagiário ao atuar na área de educação inclusiva? \*

Texto de resposta longa

---

13. Quais são as maiores dificuldades que você enfrenta no seu estágio? \*

Texto de resposta longa

---

14. Pretende fazer alguma especialização em Ed. Especial? \*

Sim

Não

Talvez

# ANEXO

## Anexo A - Termo de Compromisso de Estágio

12/02/2019

Super Estágios - Termo de Compromisso nº 99683 - CILENE MARIA DA SILVA



### Termo de Compromisso de Estágio

(De acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008)

Termo Nº: TC99683

No dia 25 de Fevereiro de 2019, na cidade de RECIFE - PE as partes a seguir nomeadas:

| CONCEDENTE DE ESTÁGIO  |
|--|
| MUNICÍPIO DE RECIFE - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CNPJ nº 10.565.000/0001-92, situado na CAIS DO APOLO, 925 - RECIFE, CEP 50030-903, RECIFE - PE, neste ato representado por GERALDO JÚLIO/ INEZ PERRUCCI/RENATA DUREY - ou por delegação, aqui denominada CONCEDENTE DE ESTÁGIO.  |
| INSTITUIÇÃO DE ENSINO  |
| UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO, Instituição de Ensino, com endereço na RUA DOM MANOEL DE MEDEIROS, S/N, DOIS IRMÃOS, Município de RECIFE - PE, CEP 52171-900, CNPJ nº 24.416.174/0001-06, email ceg@preg.ufrpe.br, neste ato representado pelo(a) MARIA JOSÉ DE SENA aqui denominada INSTITUIÇÃO DE ENSINO.  |
| ESTAGIÁRIO   |
| CILENE MARIA DA SILVA, Brasileiro(a), estudante, Documento De Identificação nº: _____ CPF nº _____ data de nascimento: _____, telefone: (81) _____ aluno(a) regularmente matriculado(a) no 03º Semestre do curso de LICENCIATURA EM PEDAGOGIA da Instituição de Ensino UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO, residente e domiciliado(a) na _____ aqui denominado(a) ESTAGIÁRIO(A). |

Celebram entre si o presente Termo de Compromisso de Estágio, convencionando as cláusulas e condições seguintes com base na lei 11.788/08:

**Cláusula 1ª** - O Termo de Compromisso de Estágio tem a finalidade de regulamentar a realização do Estágio, objetivando o desenvolvimento do estudante para a vida cidadã e para o trabalho.

**Cláusula 2ª** - O presente estágio não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza, conforme previsão da Lei nº 11.788/08, art. 3º.

**Cláusula 3ª** - Este estágio, de caráter não obrigatório, será realizado dentro da linha de formação do Estagiário e conforme projeto pedagógico do curso, sendo respeitados os horários e obrigações do Estagiário com a Instituição de Ensino à qual está vinculado.

**Cláusula 4ª** - Cabe à INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

I - Aprovar e assinar o Termo de Compromisso de Estágio juntamente com seu respectivo Plano de Atividades de Estágio, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II - Avaliar as instalações da parte Concedente do Estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do estudante;

III - Indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do Estagiário;

IV - Receber do estudante a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, do Relatório e Acompanhamento das Atividades Desenvolvidas;

V - Comunicar, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas;

VI - Participar do acompanhamento, supervisão e avaliação dos estágios, fornecendo semestralmente a regularidade de matrícula do aluno;

VII - Informar toda vez que ocorrer desligamento do estudante ou interrupção do curso, para as providências legais, técnicas e administrativas.

**Cláusula 5ª** - Cabe à CONCEDENTE DE ESTÁGIO:

I - Celebrar Termo de Compromisso de Estágio com a Instituição de Ensino e o estudante, zelando por seu cumprimento;

II - Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estudante atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III - Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do Estagiário, para orientar e supervisionar no desenvolvimento das atividades de estágio, observado o limite de até 10 (dez) estagiários simultaneamente para cada supervisor;

IV - Solicitar ao Estagiário, quando necessário, documentos comprobatórios da regularidade da situação escolar, uma vez que trancamento de matrícula, abandono, conclusão de curso ou mudança de Instituição de Ensino constituem motivos de imediata rescisão;

V - Conceder ao Estagiário, durante a vigência do estágio, Bolsa Auxílio/mês no valor de R\$ 350,00 (TREZENTOS E CINQUENTA REAIS) e Auxílio Transporte por mês de estágio no valor de R\$ 77,00 (SETENTA E SETE REAIS), deduzidos os dias de faltas não justificadas formalmente que será creditado até 5ª dia útil de cada mês.

VI - Garantir ao Estagiário recesso conforme previsto na legislação;

VII - Entregar ao estagiário o Termo de Realização de Estágio, por ocasião do desligamento/término do contrato;

VIII - Aplicar ao Estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho;

IX - Reduzir pelo menos à metade a carga horária do estágio nos períodos de avaliação, quando a Instituição de Ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, segundo comunicação da Instituição de Ensino, conforme artigo 10 §2º da Lei nº 11.788/08;

X - Manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

XI - Enviar à Instituição de Ensino, o Relatório e Acompanhamento das Atividades Desenvolvidas, com vista obrigatória ao Estagiário;

XII - Informar ao AGENTE DE INTEGRAÇÃO quando houver interrupção do estágio, para as providências legais, técnicas e administrativas;

XIII - Iniciar as atividades de estágio somente após o recebimento deste Termo de Compromisso de Estágio assinado por todas as partes signatárias.

**Cláusula 6ª** - Cabe ao ESTAGIÁRIO(A):

I - Desenvolver com empenho e zelo as atividades estabelecidas para realização do estágio;

II - Observar, obedecer e cumprir às normas internas da Concedente de Estágio, bem como outras eventuais recomendações ou requisitos ajustados entre as partes e preservar o sigilo referente às informações a que tiver acesso;

III - Apresentar, quando solicitado, documentos que comprovem a regularidade de sua situação escolar;

IV - Manter sempre atualizados seus dados cadastrais e escolares durante a vigência do estágio, bem como sua situação escolar, informando ao AGENTE DE INTEGRAÇÃO e/ou à Concedente de Estágio, imediatamente, a conclusão, abandono ou trancamento do curso a que se relacione o presente estágio;

V - Entregar, obrigatoriamente, à Instituição de Ensino, à Concedente de Estágio e ao AGENTE DE INTEGRAÇÃO a(s) via(s) do presente Termo de Compromisso de Estágio, devidamente assinado pelas partes;

VI - Informar previamente à Concedente de Estágio os períodos de avaliação na Instituição de Ensino, para fins de redução da jornada de estágio;

VII - Preencher, assinar e entregar, obrigatoriamente, o Relatório e Acompanhamento das Atividades Desenvolvidas conforme as datas informadas no Plano de Atividades de Estágio.

VIII - Informar ao AGENTE DE INTEGRAÇÃO e/ou à Instituição de Ensino quando suas atividades de estágio estiverem em desacordo com as atividades descritas no Plano de Estágio ou em seu curso de formação.

**Cláusula 7ª** - As principais atividades do estágio estão relacionadas no Plano de Atividades de Estágio e poderão ser alteradas, substituídas, ampliadas ou reduzidas de acordo com a progressão do estágio e do curso, desde que respeitado o contexto básico da profissão.

**Cláusula 8ª** - O presente Termo de Compromisso de Estágio poderá ser:

I cancelado unilateralmente a qualquer tempo, mediante expressa comunicação;

II prorrogado ou alterado, a critério da Concedente de Estágio mediante termo aditivo e prévio entendimento entre as partes, não podendo, entretanto ultrapassar o limite 4 (quatro) semestres, exceto quando se tratar de Estagiário portador de necessidades especiais, que poderá estagiar até o término do curso na Instituição de Ensino a que pertence.

**Cláusula 9ª** - Constitui motivos para a rescisão imediata do presente Termo de Compromisso de Estágio:

I A não regularização da documentação de estágio exigida no prazo máximo de 30 dias;

II O não cumprimento de quaisquer cláusulas convencionadas neste Termo de Compromisso de Estágio;

III A conclusão ou abandono do curso, ou trancamento da matrícula, pelo Estagiário;

IV Caso comprovada a insuficiência na avaliação do desempenho na Concedente de Estágio ou na Instituição de Ensino;

12/02/2019

Super Estágios - Termo de Compromisso nº 99683 - CILENE MARIA DA SILVA

V Por conduta incompatível com a exigida pela Concedente de Estágio.

**Clausula 10ª** - A Concedente de Estágio contratou a SUPER ESTÁGIOS como seu AGENTE DE INTEGRAÇÃO, decisão que a Instituição de Ensino e o Estagiário acolhem de comum acordo, e para os efeitos da Lei nº 11.788/08, a quem comunicarão a interrupção a conclusão ou eventuais modificações do convencionado neste Termo de Compromisso de Estágio. O seguro contra acidentes pessoais será através da apólice de Seguros 9339001899 - Liberty Seguros e de responsabilidade da Super Estágios.

**Clausula 11ª** - O estagiário signatário deste termo declara para todos os fins e sob as penas da lei que NÃO realiza estágio em outro Órgão ou Empresa Concedente, sendo este estágio o seu único vínculo.

#### PLANO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO

|   |   |  |
|---|---|--|
| Local do Estágio<br><b>MUNICÍPIO DE RECIFE - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - Cais do Apolo, 925 - Recife - RECIFE - PE</b> |   |  |
| Data de Início do Estágio<br><b>25/02/2019</b>  | Data de Término do Estágio<br><b>24/02/2020</b> | Curso<br><b>LICENCIATURA EM PEDAGOGIA</b>                        |
| Hora de Entrada<br><b>07:30</b>   | Hora de Saída<br><b>11:30</b>                   | Carga Horária Diária<br><b>4 horas</b>                           |
| Supervisor<br><b>MARIA DA SILVA AGUIAR OLIVEIRA</b>   | Cargo do Supervisor<br><b>VICE-GESTOR</b>       | Formação do Supervisor<br><b>PEDAGOGIA</b>                       |
| Sector do Estagiário<br><b>DINA DE OLIVEIRA, E. M. - RPA 04</b>   | Frequência do Relatório<br><b>Semestral</b>     | Data de Entrega dos Relatórios<br><b>25/08/2019 - 24/02/2020</b> |
| Período do curso<br><b>Vespertino</b>   | Previsão de Formatura<br><b>07/2022</b>         |  |

#### ATIVIDADES

AEE S: APOIO NO RECEBIMENTO E ACOLHIMENTO AO ESTUDANTE COM NECESSIDADE ESPECIAL; AUXILIANDO DURANTE O PERÍODO DE PERMANÊNCIA NA UNIDADE EDUCACIONAL, NAS ATIVIDADES DE SALA DE AULA OU EXTRA-SALA, COMO TAMBÉM AUXILIANDO NA HIGIENIZAÇÃO E RECREAÇÃO.

E por estarem assim justas e acordadas, assinam as partes este Termo de Compromisso de Estágio e seu respectivo Plano de Atividades de Estágio em 3 (três) vias de igual teor.

RECIFE/PE, 12 de Fevereiro de 2019

MUNICÍPIO DE RECIFE - SECRETARIA DE  
EDUCAÇÃO  
CONCEDENTE DE ESTÁGIO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE  
PERNAMBUCO  
INSTITUIÇÃO DE ENSINO

CILENE MARIA DA SILVA  
ESTAGIÁRIO(A)

SUPER ESTÁGIOS  
AGENTE DE INTEGRAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL

1003199366000173035728

Para verificar a autenticidade desta guia acesse:  
<https://www.superestagios.com.br/autenticacao/>

[www.superestagios.com.br](http://www.superestagios.com.br)